

AULA 01 – AULA DEMONSTRATIVA

SUMÁRIO

- 1– Introdução à Economia
- 2– Noções de Macroeconomia
 - 2.1 – Introdução à Macroeconomia
 - 2.2 – Agregados Macroeconômicos e problemas de mensuração
 - 2.3 – Produto Nominal x Produto Real
- 3 - Resumo da Aula
- 4 – Questões que foram comentadas em aula
- 5 – Gabarito

Aula 01

Olá, amigo(a) concurseiro(a)!

Seja bem-vindo ao **Curso de Economia e Finanças Públicas** voltado especificamente para o concurso da **SEFAZ-DF**.

Estudar para um concurso como esse, com elevado grau de dificuldade em suas provas, além do alto nível dos candidatos, não é missão fácil. Por isso, torna-se necessária uma preparação com planejamento e muita disciplina.

O nível de preparação dos concorrentes não permite mais que você seja aprovado em algum certame apenas livrando a nota de corte. É necessário fazer a diferença em todas as matérias.

E, sem dúvida, a disciplina **Economia e Finanças Públicas**, tendo em vista o nível elevado de complexidade, representa um dos diferenciais da prova.

Nessa linha, buscaremos aqui detalhar todo o conteúdo programático da matéria, numa linguagem simples e objetiva, sem, contudo, ser superficial.

Nosso curso atenderá tanto aos concurseiros do nível mais básico, ou seja, aqueles que estão vendo a matéria pela primeira vez, como àqueles mais avançados, que desejam fazer uma revisão completa e detalhada da matéria.

Além disso, **resolveremos aqui muitas questões de Provas de concursos anteriores elaboradas pelo CESPE/CEBRASPE**, de tal forma que você ficará bastante afiado na matéria, ao ponto de chegar à prova com bastante segurança.

Antes de iniciar os comentários sobre o funcionamento do nosso curso, gostaria de fazer uma breve apresentação pessoal.

Sou Administrador de Empresas com especialização em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas-FGV e Auditor Fiscal da Receita Federal do Brasil, aprovado no concurso nacional de 2009/2010.

Atuei inicialmente na Área de Arrecadação e Administração Tributária, passando pelo setor de Planejamento e Controle da Atividade Fiscal até chegar à atividade de Fiscalização propriamente dita.

Porém, antes de tomar posse no meu atual cargo, eu já o havia exercido anteriormente entre 1999 e 2001. É que fui aprovado no concurso de para Auditor Fiscal da Receita Federal (na época AFTN) de 1998, e, após 2 anos de exercício na atividade de fiscalização de empresas da Região Norte do país, recebi e aceitei um convite para voltar a trabalhar na iniciativa privada em minha cidade: Salvador.

Após alguns anos na área privada, vivendo momentos de alta satisfação alternados com momentos de insatisfação, resolvi voltar a estudar para concursos públicos em 2006.

Essa fase foi muito difícil. Eu tinha uma jornada dura, mas tinha que ser discreto, já que trabalhava e estudava muito, mas sem “poder dar muita bandeira” dessa dupla jornada.

Sei que muitos de vocês vivem situações parecidas, mas acreditem que essa situação é transitória.

No meu caso, fui recompensado com a aprovação para o cargo de Analista de Finanças e Controle – AFC da Controladoria Geral da União – CGU no ano de 2008.

Entretanto, mesmo já trabalhando em bom cargo e com um excelente ambiente de trabalho na CGU, eu não me acomodei.

Continuei com meus estudos rumo ao sonho de voltar a ser Auditor Fiscal da Receita Federal, que, como já dito, pode ser realizado com a aprovação no concurso de 2009/2010.

Espero dividir com você a experiência adquirida ao longo da minha preparação, pois sei exatamente o que se passa “do outro lado”: as angústias, as expectativas, as dificuldades, mas também os sonhos.

Não se esqueça que são os sonhos que nos movem!

Acredite e se esforce ao máximo.

Esse é o segredo!

Feitas as apresentações iniciais, passemos à proposta do nosso curso, que será de 11 aulas, divididas da seguinte forma:

1 Introdução à Macroeconomia	2 Macroeconomia. 2.1 Principais agregados macroeconômicos. 2.2 Identidades macroeconômicas básicas. 2.3 Sistema de contas nacionais. 2.4 Contas nacionais no Brasil.
2 Macroeconomia parte 2	2.10 Agregados monetários. 2.10.1 As contas do sistema monetário. 2.12 Políticas fiscal e monetária. 3.4 Políticas fiscal e monetária.
3 Macroeconomia parte 3	2.6 Balanço de pagamentos. 2.15 Comércio exterior. 2.15.1 Câmbio 4.12 Câmbio, reservas e relações comerciais e financeiras do Brasil com o resto do mundo. 3.4.1 Outras políticas econômicas.
4 Macroeconomia parte 4	2.8 A teoria keynesiana. 2.9 Oferta e demanda agregadas. 2.11 Modelo IS-LM. 3.4 Políticas fiscal e monetária.
5 Economia do Setor Público Parte 1	2.7 Papel do governo na economia. 2.7.1 Estabilização, crescimento e redistribuição. 3 Economia do setor público. 3.1 O Estado e as funções econômicas governamentais. 3.2 As necessidades públicas e as formas de atuação dos governos. 3.3 Estado regulador e produtor. 3.5 Evolução da participação do setor público na atividade econômica. 2.12 Políticas fiscal e monetária. 3.4 Políticas fiscal e monetária.3.4.1 Outras políticas econômicas.

<p>6 Economia do Setor Público Parte 2</p>	<p>2.5 Conceitos de déficit e dívida pública. 3.6 Contabilidade fiscal. 3.6.1 NFSP. 3.6.2 Resultados nominal, operacional e primário. 3.6.3 Dívida pública. 3.7 Sustentabilidade do endividamento público. 3.8 Financiamento do déficit público a partir dos anos 80 do século XX. 3.9 Inflação e crescimento. 2.12 Políticas fiscal e monetária. 2.13 Relações entre inflação, juros e o resultado fiscal. 3.4 Políticas fiscal e monetária. 3.4.1 Outras políticas econômicas. 4.10 a evolução do déficit e da dívida pública brasileira.</p>
<p>7 Microeconomia parte 1</p>	<p>1 Microeconomia. 1.1 Conceitos fundamentais. 1.1.1 Formas de organização da atividade econômica, o papel dos preços, custo de oportunidade, fator de produção e fronteiras das possibilidades de produção.</p>
<p>8 Microeconomia parte 2</p>	<p>1.2 Determinação das curvas de procura. 1.2.1 Curvas de indiferença. 1.2.2 Equilíbrio do consumidor. 1.2.3 Efeitos preço, renda e substituição. 1.2.4 Elasticidade da procura.</p>
<p>9 Microeconomia parte 3</p>	<p>1.3 Teoria do consumidor, utilidades cardinal e ordinal, restrição orçamentária, equilíbrio do consumidor e funções demanda, curvas de Engel, demanda de mercado.</p>
<p>10 Microeconomia parte 4</p>	<p>1.2.5 Fatores de produção. teoria da produção, isoquantas e curvas de isocusto, funções de produção e suas propriedades, curvas de produto e produtividade, curvas de custo, equilíbrio da firma, equilíbrio de curto e de longo prazos. 1.2.6 Produtividade média e marginal. 1.2.7 Lei dos rendimentos decrescentes e rendimentos de escala. 1.2.8 Custos de produção no curto e longo prazos. 1.2.9 Custos totais, médios e marginais, fixos e variáveis.</p>
<p>11 Estruturas de Mercado</p>	<p>1.3.1 Economia do bem-estar. 1.3.2 Ótimo de Pareto. 1.4 Estruturas de mercado. 1.4.1 Concorrência perfeita, concorrência imperfeita, monopólio, oligopólio. 1.4.2 Outras estruturas de mercado.</p>

Analizados todos os itens que nortearão o nosso curso, vamos ao que interessa!!!

Ao final dessa aula quero ver tanto eu quanto você com uma sensação boa, de que estamos no caminho certo.

Como diria Mahatma Gandhi:

“Você nunca sabe que resultados virão da sua ação. Mas se você não fizer nada, não existirão resultados”.

Então, vamos nessa!

Prof. Manuel Piñon

1 – INTRODUÇÃO À ECONOMIA

Existem muitas maneiras de conceber a economia como um ramo do conhecimento.

Mas afinal, o que é isso? O que a economia estuda?

Para os economistas clássicos, que tem como seus expoentes maiores Adam Smith (e a sua famosa ideia da “mão invisível”), David Ricardo e John Stuart Mill, **a economia é o estudo do processo de produção, distribuição, circulação e consumo dos bens e serviços (riqueza).**

A ideia principal desse grupo de economistas é que o mercado é auto ajustável. Assim, automaticamente qualquer desequilíbrio seria neutralizado pelas forças naturais desse mercado, sem, portanto, haver necessidade de intervenção do Governo.

Outro aspecto que merece destaque em relação à teoria econômica clássica é a ideia de que a oferta agregada cria a sua própria demanda (Lei de Say).

Já para os autores ligados ao pensamento econômico neoclássico, a economia pode ser definida como **a ciência das trocas ou das escolhas.**

Neste caso, a economia lidaria com o **comportamento humano enquanto condicionado pela escassez dos recursos: a economia trata da relação entre fins e meios (escassos) disponíveis para atingi-los.**

Deste modo, o foco da ciência econômica consistiria em estudar os fluxos e meios da alocação de recursos para atingir determinado fim, qualquer que seja a natureza deste último.

A crise de 1929 e o crack da bolsa de Nova York contrariaram a ideia de que a oferta agregada cria sua própria demanda. Houve naquela época um excesso de oferta em relação à demanda agregada e as consequências foram a recessão e o alto desemprego.

Dessa crise surgiu uma nova escola: **a keynesiana** cuja ideia principal era que a demanda agregada cria sua oferta. Assim, cabia ao Governo, por meio de políticas fiscais que estimulem o aumento da demanda, especialmente por meio de obras públicas visando o aumento do emprego e da renda. Daí surgiu o modelo Keynesiano de determinação da Renda que será objeto de nosso estudo adiante.

De qualquer modo, seja qual for a teoria econômica ou a escola, o certo é que a **Economia é uma Ciência Social**, pois se ocupa do comportamento humano e estuda como as pessoas e as organizações na sociedade se empenham na produção, troca e consumo de bens e serviços.

É isso mesmo! A economia **não é** uma ciência exata! Apesar de envolver números, a Ciência Econômica é uma ciência social!

Por isso que os economistas erram tanto em suas previsões...

Outra ideia que você deve logo ficar atento é que a Economia, especificamente o estudo da Ciência Econômica, para fins didáticos, divide seu campo de atuação em 2 áreas específicas principais:

A **Microeconomia** – que estuda o comportamento das unidades produtivas (empresas ou firmas), dos indivíduos, de determinados mercados, etc. Pertence ao campo da Microeconomia, por exemplo, o estudo de um determinado mercado, as causas do desequilíbrio entre oferta e procura (se os preços estão altos ou baixos, por exemplo), os tipos de mercado (por exemplo, se ocorre monopólio ou se existe a concorrência perfeita), etc.;

E a **Macroeconomia** – que estuda o comportamento dos grandes agregados econômicos de forma global: Produto Interno Bruto (PIB), inflação (evolução dos preços), desemprego, etc.

Uma forma simples de melhor definir essas 2 áreas (Microeconomia e Macroeconomia) é fazendo-se uma comparação entre ambas, caso o objeto de estudo fosse, por exemplo, a nossa maravilhosa Floresta Amazônica.

Assim, enquanto a Microeconomia se ocuparia apenas do estudo de determinada árvore ou tipo de árvores, a Macroeconomia teria como objeto de atuação o estudo da floresta como um todo, de uma forma ampla.

01) (CESPE/SEFAZ-ES/AFTE/2010) Com relação ao crescimento econômico, ao consumo e ao investimento, julgue o próximo item.

A macroeconomia estuda as flutuações econômicas e o produto efetivo em análises de curto prazo. Já em avaliações de longo prazo, ela estuda o crescimento econômico e produto potencial.

Comentários

Gabarito C

É isso mesmo!

Enquanto cabe a **Macroeconomia** estudar o comportamento dos grandes agregados econômicos de forma global, como Produto Interno Bruto (PIB), inflação, desemprego, etc., ou seja, estudar a floresta, cabe à **Microeconomia** estudar o comportamento das unidades produtivas (empresas ou firmas), dos indivíduos, de determinados mercados, etc.

No curto prazo a macroeconomia se ocupa justamente com o estudo das flutuações dos agregados macroeconômicos, e na visão de longo prazo o foco é o crescimento da economia e pleno emprego.

ATENÇÃO

Um dos princípios fundamentais da Economia, talvez o seu Princípio basilar, é a **chamada lei da escassez** que nos diz que os **recursos são escassos, mas as necessidades são ilimitadas**.

Guarde bem esse “mantra”: RECURSOS ESCASSOS, NECESSIDADES ILIMITADAS!

Ou seja, as necessidades humanas são ilimitadas, enquanto que os recursos necessários à produção dos bens capazes de satisfazer a essas necessidades são escassos (existem em quantidades limitadas).

A Economia é chamada então por muitos como a **ciência da escassez!**

As necessidades humanas variam desde as mais elementares, tais como comida, moradia, etc., até as mais sofisticadas, como assistir a um concerto de música clássica em Viena, fazer uma cirurgia plástica ou obter determinado conhecimento especializadíssimo (imagine alguém que faz um curso que aborda a reprodução das girafas na África Oriental).

Essas **necessidades humanas** são consideradas infinitas, basicamente, por dois motivos principais:

a) **porque se renovam dia a dia**, exigindo contínuo suprimento de bens para atendê-las (por exemplo, alimentação, vestuário, transporte, etc.);

b) **porque tendem a seguir uma escala de sofisticação**: a cada dia surgem novos desejos e novas necessidades, motivadas pelas perspectivas de aumento do padrão de vida da sociedade (por exemplo, os “smart phones” e seus aplicativos, carros automáticos, roupas da moda, etc.).

Na verdade, a ideia básica aqui é “o homem é um eterno insatisfeito”.

Para suprir à inúmera quantidade e diversidade de desejos humanos, é preciso que sejam produzidos certos **bens**. Entende-se o conceito de bem de uma forma ampla, sendo tudo aquilo capaz de atender a uma necessidade humana. Os bens podem ser materiais (quando é possível atribuir-lhes características físicas, tais como tamanho, forma e cor) e imateriais (os chamados bens intangíveis como, por exemplo, os diversos tipos de serviços).

Como sabemos, a produção dos bens, por sua vez, exige o uso de certo conjunto de **recursos**, os chamados **fatores de produção**, que usualmente são classificados naqueles três grandes grupos, já vistos por nós anteriormente:

- a) O fator de produção “Terra”, incluindo o solo e as diversas riquezas naturais: minérios (incluindo o petróleo), florestas, recursos hídricos, etc);
- b) O fator de produção “Trabalho”, representado pela força de trabalho humano, seja ele físico ou intelectual;
- c) O fator de produção “Capital”, que corresponde às máquinas, equipamentos, ferramentas, instrumentos, infraestrutura, enfim, bens que foram produzidos anteriormente e que continuam a ser utilizados durante algum tempo para a produção de outros bens.

Aqui é importante destacar que, num dado momento, **toda sociedade possui um estoque limitado desses recursos ou fatores de produção**. Isto significa que não é possível produzir uma quantidade infinita de bens, porque os recursos são limitados.

Assim, surge **o problema econômico da escassez**: de um lado, as necessidades humanas são ilimitadas; de outro, os recursos/fatores de produção que devem ser utilizados para produzir os bens – que irão atender a essas necessidades – são limitados.

Conclui-se, meu caro amigo, que não é possível produzir todos os bens de que a sociedade necessita, mas é possível utilizar os recursos da melhor maneira possível, para produzir o máximo de bens e desse modo atender ao maior nível possível de necessidades.

Isso nos leva a **uma das ideias-chave na Economia**, que é a ideia da **eficiência**: maximizar a produção de bens e serviços, dadas as restrições colocadas pela quantidade limitada de fatores de produção.

Assim, **a sociedade como um todo se organiza e faz escolhas de modo a tentar produzir os bens e serviços de forma eficiente**, ou seja, empregando de forma racional os recursos disponíveis, visando otimizar (melhorar) seus resultados, maximizando (aumentando) o nível de bem-estar da população.

Importante destacar que as escolhas que devem ser realizadas, em termos econômicos, devem responder às seguintes perguntas:

1 - O que produzir?

Se os recursos são escassos e as necessidades ilimitadas então é preciso escolher o que produzir dentre as várias alternativas concorrentes. Se eu sou, por exemplo, um pequeno produtor rural e tenho um pequeno pedaço de terra, uma questão econômica fundamental para mim é decidir o que plantar. Planto uvas ou mangas? Ou melhor, crio carneiros ou planto? Digamos, para fins do nosso exemplo, que eu decida plantar uva.

2 - Como produzir?

É preciso escolher a melhor combinação dos recursos escassos para uma maior satisfação das necessidades. Assim, voltando ao nosso exemplo, posso usar irrigação? Quem vai me ajudar na produção? Contratarei algum empregado ou produzirei sozinho com minha família?

3 - Quando produzir?

É preciso escolher o melhor momento para produzir. Por exemplo, produzir biquínis antes de chegar o verão para poder vendê-los quando essa estação do ano chegar. No nosso caso, eu preciso saber a se existe a época para o plantio.

4 - Onde produzir?

Produzir perto dos consumidores (mercado consumidor) ou junto das matérias primas (mercado fornecedor)?

Para decidir corretamente é preciso avaliar os custos de transporte dos produtos finais e das matérias primas para melhor escolher a localização, por exemplo, de uma fábrica. No nosso exemplo, o ideal é que eu produza nossas uvas perto do mercado consumidor.

5 - Para quem produzir?

É preciso saber qual é o mercado alvo. No nosso caso, se é para vender nossas uvas na feira ou para vende-las a um grande produtor de vinho na região.

Nesse contexto, a Economia se apresenta como a ciência social que se ocupa da administração dos recursos escassos entre usos alternativos e fins competitivos.

02) (CESPE/PF/APF/2004) A questão da escolha em situação de escassez, abordada pela microeconomia, as interações entre governo e mercados privados e os problemas macroeconômicos são temas relevantes para a ciência econômica. A esse respeito, julgue o item a seguir:

O binômio escassez/escolha, que permeia o problema econômico correlato, ocorre somente quando, dentro do processo produtivo, não existe possibilidade de substituição entre insumos.

Comentários

Gabarito E

A afirmativa está errada! Na verdade, o binômio escassez/escolha permeia todo o processo de decisão, desde o que produzir, passando por como produzir, quando produzir, onde produzir e para quem produzir.

Assim, a palavra “somente” torna a alternativa errada. **Desconfie em prova de palavras como somente, nunca e sempre.** O examinador as coloca para induzi-lo ao erro!

03) (CESPE/MPU/Perito/2010) Acerca de economia ambiental, julgue o item a seguir.

Para os economistas ambientais, não há problema de escassez absoluta de recursos naturais, e sim de escassez relativa. Portanto, desse ponto de vista, admite-se que determinados tipos de recursos possam se esgotar temporariamente.

Comentários

Gabarito C

Ainda não falamos em escassez absoluta, muito menos em escassez relativa. Mas essa é a hora de falarmos!

A ideia é conhecer alguns conceitos no contexto de uma questão de concurso, assim você verá logo sua aplicação e fixará a ideia na cabeça.

A afirmativa está correta! Os economistas ambientais realmente diferenciam esses dois conceitos. Veja:

Escassez absoluta: refere-se ao esgotamento propriamente dito dos estoques desses recursos.

Escassez Relativa: refere-se aos padrões insustentáveis de produção e consumo, existindo uma tendência de esgotamento dos recursos por haver excesso de consumo em relação ao que é produzido.

Para os ambientalistas, em relação aos recursos naturais existe a necessidade de redução do seu consumo para evitar o seu esgotamento.

Chegou a hora de conhecer um conceito para “amarrar” toda essa teoria que envolve a escassez e as escolhas.

Trata-se do conceito de **Custo de Oportunidade**.

A teoria do “custo de oportunidade”, “custo alternativo” ou “custo implícito”, nada mais é do que se atribuir um custo às várias oportunidades de uso de recursos sempre limitados.

O Custo de Oportunidade, portanto, é um diretamente relacionado com o princípio que considera que os recursos (capital, mão de obra, recursos da natureza e tecnologia) sempre são escassos, pois sempre são insuficientes para satisfazer todas as necessidades da sociedade como um todo; de todas as pessoas.

É justamente pela falta de recursos que, por exemplo, as Companhias optam por direcionar suas disponibilidades para alguns empreendimentos, abrindo mão de aplica-los em outros, pois a escassez de recursos torna as alternativas mutuamente excludentes.

Em suma, considera-se como Custo de Oportunidade o que se deixa de ganhar por não se ter optado pela melhor alternativa.

Em termos práticos, para a firma esse é um custo derivado de sua escassez de recursos, escassez que a obriga a fazer escolha por esse ou aquele projeto, a optar por uns empreendimentos em detrimento de outros, uma vez que o total dos recursos disponíveis é o limite da possibilidade de investimentos.

04) (CESPE/MJ/ECONOMISTA/2013) O Ministério da Justiça (MJ) tem um montante fixo para gastar na aquisição de dois bens: mesas e computadores. Ainda, o MJ planeja ocupar um prédio de sua propriedade, atualmente alugado para profissionais liberais. Com base nessa situação hipotética, julgue o item seguinte.

O aluguel representa um custo de oportunidade da ocupação do prédio.

Comentários

Gabarito C

Veja bem, trata-se um imóvel de propriedade do Ministério da Justiça (MJ) que está sendo alugado, ou seja, o MJ recebe dinheiro por alugar esse espaço a terceiros.

Desse modo, a ocupação desse imóvel pelo MJ fará com que esse rendimento de aluguel deixe de ser auferido.

Existe, portanto, um custo de oportunidade para o MJ em ocupar esse imóvel que equivale ao valor do aluguel.

05) (CESPE/TCU/AUDITOR/2007) Considerando-se que o problema da escolha em um ambiente de escassez constitui o cerne da análise econômica, julgue os itens subsequentes.

Nas economias de mercado, a especialização, fundamentada na divisão do trabalho, apesar de aumentar o custo de oportunidade dos bens, promove a alocação eficiente dos recursos.

Comentários

Gabarito E

A primeira parte da afirmativa está correta, pois a especialização fundamentada na divisão do trabalho, numa economia de mercado, realmente aumenta o custo de oportunidade dos bens (e serviços).

Imagine você um médico neurologista, extremamente especializado em cirurgias complexas, que seja muito bem remunerado pelas várias operações que efetua.

Um dia, quando ele está indo para o hospital fazer uma cirurgia delicadíssima (e muito bem remunerada) sua esposa liga e diz que o reator da lâmpada da cozinha precisa ser trocado e ela não sabe fazê-lo.

E então o que ele faz?

Volta para casa e deixa de realizar a cirurgia ou chama um eletricista para fazer esse serviço?

Claro que chama o eletricista, pois o custo de oportunidade face ao nível de especialização que ele possui é elevadíssimo para ele.

Até aqui beleza! Mas agora vem o erro da afirmativa ... a alocação eficiente dos recursos não necessariamente é promovida.

Na verdade, aproveitando o mesmo exemplo, nada garante que a esposa do médico compre o reator correto e contrate o eletricista mais adequado a esse serviço.

2. NOÇÕES DE MACROECONOMIA

Voltemos agora a falar um pouco mais de **Macroeconomia**, para formarmos aquela base conceitual importante, tanto para entender os demais assuntos da aula de hoje e do curso como um todo, quanto para ir bem no dia da sua prova.

2.1 – INTRODUÇÃO À MACROECONOMIA

Como já visto, a Macroeconomia trata do estudo dos agregados econômicos, de seus comportamentos e das relações que guardam entre si.

Aqui o objetivo é avaliar o desempenho da economia no sentido de satisfazer as necessidades da sociedade como um todo (por isso fizemos aquela introdução da economia como ciência da escassez).

Um dos aspectos fundamentais da Macroeconomia é a avaliação do desempenho econômico.

Para **avaliar** qualquer coisa precisamos **medir**.

E em economia, como é que se mede?

E outra coisa, medir o quê?

Calma!

O objetivo no caso da Macroeconomia é **medir a quantidade total de bens e serviços** que estão sendo disponibilizados à sociedade como um todo, e verificar as relações econômicas que estão na base desse processo produtivo.

A Macroeconomia nos fornece um conjunto de variáveis que permitem saber se a economia de um país, por um período ou num certo momento, está “crescendo” ou está em “recessão”, se existe “desemprego de fatores” ou “pleno emprego”, como está o “nível geral de preços”, etc.

O ponto de partida é medir o desempenho da economia através de algum indicador. Normalmente se utilizam os agregados macroeconômicos denominados Produto, Renda e Despesa para mensurar o nível de atividade econômica de um país, de uma região ou cidade.

Como objetivo hoje aqui é adquirir conhecimentos que servirão de base para todo o nosso curso, não posso deixar de abordar um tema que entendo ser muito importante nesse sentido: **o fluxo circular da Renda na economia.**

A Macroeconomia parte do princípio de que existem dois grandes mercados (economia simplificada a 2 setores):

a) **O Mercado de Bens e Serviços**, correspondente à compra e venda dos diversos bens produzidos (bebidas, roupas, aparelhos celulares, etc.) e dos diversos serviços (banda larga, planos de saúde, cursos para concursos, transportes, etc.) para satisfazer aquelas necessidades humanas (na verdade não só humanas ... o mercado para "pets" é gigante ...).

Nesse mercado, as firmas (lembram que falamos das unidades produtivas/empresas, mas aqui também entram os prestadores de serviço que atuam como autônomos como, por exemplo, o dentista, a manicure, etc.) ofertam bens e serviços aos indivíduos (ou famílias);

Uma definição bem básica que gosto muito para conceituar o que significa a palavra mercado em economia é "o lugar onde oferta e procura se encontram".

Assim, nesse mercado, as firmas (lembram que falamos das unidades produtivas/empresas, mas aqui também entram os prestadores de serviço que atuam como autônomos como, por exemplo, o dentista, a manicure, etc.) **ofertam** bens e serviços aos indivíduos/famílias que representam a **procura** (também chamada de demanda);

Portanto, nós, consumidores, procuramos bens e serviços para satisfazer nossas necessidades que são ofertados/produzidos por empresas. Esse é o primeiro mercado objeto do nosso estudo.

b) **O Mercado de Fatores de Produção**, correspondente à compra e venda daqueles 3 fatores de produção **que vimos que são escassos**: terra e recursos naturais, trabalho e capital.

Nesse mercado, os indivíduos ofertam os fatores de produção às firmas. Ainda hoje falarei mais sobre os fatores de produção. Por enquanto se preocupe apenas em ter um entendimento geral.

“Mas como assim professor”?

Meu amigo, você quer consumir, não quer?

E o que você faz para poder comprar aqueles bens e serviços e ter suas necessidades satisfeitas?

Trabalha!

Ou vai trabalhar depois que passar nesse concurso, certo.

Bom esse então é o fator de produção **Trabalho**!

“E os outros 2 grupos de fatores de produção”?

Calma!

Vamos falar do fator de produção **Terra**.

Imagine que você acabou de receber de herança uma fazenda produtora de uvas na cidade de Caxias do Sul – Rio Grande do Sul.

Você não pretende mudar para lá, pois está estudando e será aprovado em nosso concurso, certo?

E aí, o que fazer com a fazenda?

Aí você lembra de um primo que se mudou para aquela região e hoje é um grande produtor de vinhos por lá.

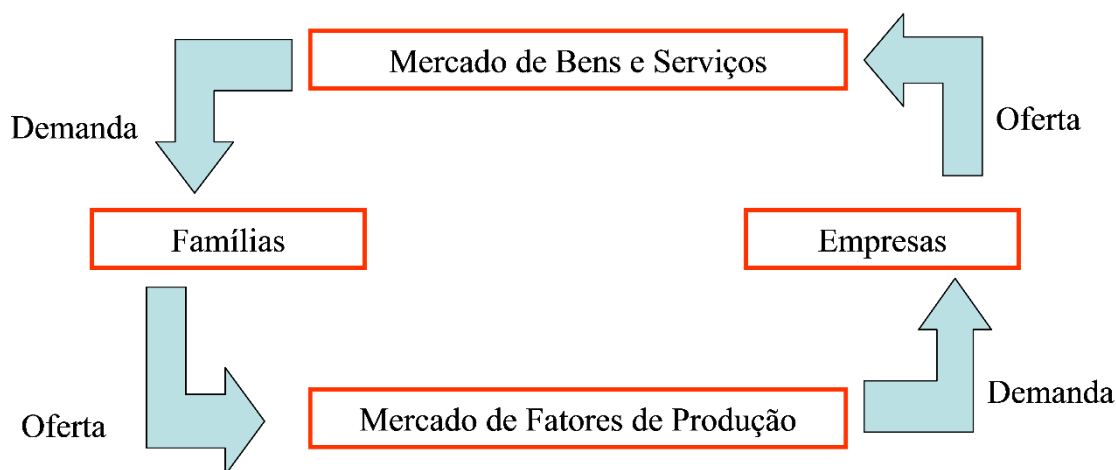
Está resolvida a questão: você então aluga ou arrenda a sua fazenda para a empresa produtora de vinhos do seu primo!

Então você, indivíduo, ofertou seu fator de produção terra para uma firma!

O terceiro grupo de fatores de produção, o **Capital**, corresponde às máquinas, equipamentos, ferramentas, instrumentos, infraestrutura, enfim, bens que foram produzidos anteriormente e que continuam a ser utilizados durante algum tempo para a produção de outros bens. Em suma, são bens usados para produzir outros bens (e não simplesmente aquela ideia que temos de aplicação financeira ...).

Vamos agora visualizar tudo isso que nós conversamos até agora!

É com prazer que lhes apresento o famoso e não menos importante:
Fluxo Circular da Renda!



Esse esquema representa um Fluxo Circular da Renda Simplificado ao máximo, elemento fundamental para se compreender o funcionamento macro de um determinado sistema econômico.

E por falar em sistema econômico, aproveito a oportunidade para “deixar” mais um conceito para vocês: o **Sistema Econômico** é o que rege as atividades econômicas de produção, troca e consumo de bens e serviços. É composto por todas as regras existentes em uma economia.

Mas voltemos a análise do nosso sistema econômico simplificado ... vamos lembrar que de um lado estão os indivíduos/famílias, que são os proprietários da força de trabalho, da terra, dos recursos naturais, das máquinas, equipamentos, entre outros, que precisam ser utilizados pelas empresas/firmas no seu processo de produção.

Assim, na parte superior da figura, vemos o que acontece no mercado de bens e serviços

Por sua vez, do outro lado, as firmas compram o uso dos fatores de produção dos indivíduos, no mercado de fatores. Na figura, essas transações são representadas pelas linhas da parte inferior do quadro.

Aí já sei o que você deve estar pensando ...”Professor, até aqui beleza ... mas cadê a tal da renda”?

Vamos lá!

Para evitar o “decoreba” de setas indo com \$ e voltando com outra coisa e vice-versa, vamos mastigar isso e entender definitivamente, certo?

Imagine agora o seguinte: Quem oferta/produz/vende uma coisa quer o que em troca?

Isso mesmo, dinheiro!

E quem procura/demanda/compra/consume uma coisa tem que dar o que em troca?

Dinheiro também!

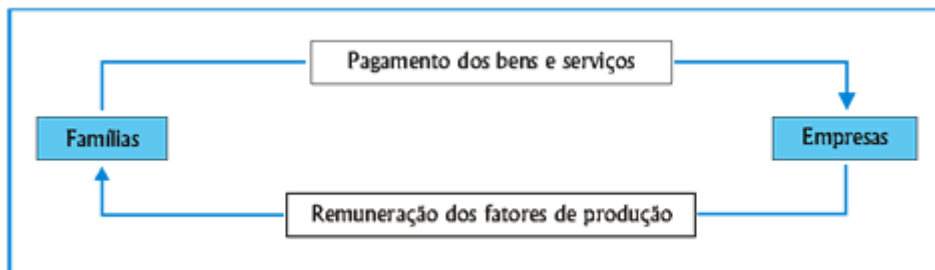
Vamos combinar uma coisa?

Em prova de concurso não se usa muito o termo dinheiro, mas sim unidade monetária, \$ ou moeda (Reais, Dólares, Euros, etc.).

Então vamos chamar esse fluxo de dinheiro de fluxo monetário, onde ocorrem as transações monetárias, os pagamentos e recebimentos.

Mas sei que você está louco para visualizar isso na forma de fluxo monetário, não é?

Então aí vai **o fluxo monetário**:



Assim, nessa figura acima, os sentidos das setas indicam para onde o fluxo monetário segue. Na parte de baixo as famílias recebem dinheiro das empresas por terem oferecido fatores de produção. E na parte de cima, as empresas recebem dinheiro por terem fornecido bens e serviços, produzidos pelas firmas e colocados à disposição dos indivíduos, que em troca pagam por esses bens e serviços, gerando a contrapartida monetária da produção.

06) (CESPE/ANTAQ/ERSTA/2009) Com relação aos fundamentos da economia, julgue o seguinte item.

Os seguintes mercados compõem a estrutura da análise macroeconômica de uma economia: o mercado de bens e serviços, que reflete o nível de atividades dessa economia, representada pelos agentes macroeconômicos — consumidores, empresas e governo —; mercado fiscal, no qual são relevantes a taxa salarial e a taxa cambial; e o mercado monetário, em que os agentes econômicos empregam recursos para a produção do produto interno bruto.

Comentários

Gabarito E

A banca CESPE quis pegar os mais afoitos! Como estudamos hoje, em termos de análise macroeconômica, 2 grandes mercados:

- 1) mercado de bens e serviços, que reflete o nível de atividades dessa economia, representada pelos agentes macroeconômicos — consumidores, empresas e governo, ou seja, que mede o nível de atividade desses agentes econômicos;
- 2) mercado monetário, que está relacionado à demanda e oferta de moeda, de dinheiro!

O CESPE tentou induzir os candidatos ao erro ao inventar um “mercado fiscal” que na verdade não existe.

Lembro novamente que esse modelo aqui exposto é uma simplificação, pois ainda não incorpora outros setores importantes tais como o Governo e o Setor Externo.

Apenas para facilitar o seu entendimento e para que você tenha uma visão global da economia, demonstramos esse modelo restrito, mas na prática o que existe de fato é uma Economia Aberta (existem transações com outros países como, importação e exportação) e com o Governo.

Quero que guarde bem essa ideia da Macroeconomia preocupada com o todo, com a racionalização no tempo de todo o processo de distribuição da riqueza (recursos) visando à perpetuidade do sistema econômico com um todo.

2.2 – Agregados Macroeconômicos e Problemas de Mensuração

Precisamos agora entrar em mais alguns conceitos que serão fundamentais para entender a aula de hoje: os Agregados Macroeconômicos e a Contabilidade Nacional.

Preciso agora fazer com que entendam o primeiro agregado macroeconômico: **O PRODUTO!**

Assim, na nossa economia simplificada, existem apenas o setor “firmas” e o setor “indivíduos”. Vamos agora nos aprofundar um pouco mais nessa economia e imaginar como ficam outros componentes econômicos nesse modelo, seguindo determinadas premissas (também chamadas de condições).

Tudo tranquilo até aqui?

As premissas iniciais são:

- os preços dos diversos bens e serviços são constantes (ou seja, não existe inflação nem deflação);
- a economia é estacionária (ou estagnada), ou seja, sua capacidade produtiva total (relativa ao máximo de bens e serviços que é possível produzir) não se expande – não há crescimento econômico, nem recessão;
- não existe, por enquanto, formação de capital, isto é, poupança e investimento.

Vamos ao que interessa: se somarmos todos os bens e serviços finais produzidos pelas empresas durante certo período de tempo (normalmente durante um ano) teremos o valor do **Produto:**

Produto = $\Sigma(p_i \cdot q_i)$

Produto = Somatório de Preço x Quantidade

Onde “ p_i ” representa o preço do bem ou serviço “ i ” e

“ q_i ” representa as quantidades do bem ou serviço “ i ”.

Isso significa que no cálculo do Produto temos que somar o **valor monetário** da produção dos diversos bens e serviços:

Produto = (preço do Arroz x quantidade do Arroz) + (p açúcar x q açúcar) + (p livro x q livro) + (p computador x q computadore +pgeladeira.qgeladeiras +.....

Repare que estamos falando de “Produto” como um agregado, um somatório de todos os bens e serviços gerados pelo nosso sistema econômico simplificado num certo período de tempo.

Essa noção é fundamental, pois em Macroeconomia estaremos todo o tempo falando dos Agregados Macroeconômicos, ou seja, medidas que correspondem a totais globais, somatórios de toda a economia.

O Produto é um dos principais agregados macroeconômicos, ao lado da Renda e da Despesa (ou Dispêndio), os quais serão analisados mais adiante.

Outro ponto que Vale aqui destacar é o **sentido do conceito de agregação de valor**.

Agregar aqui também tem a ver com a ideia de que a soma das partes é menor do que o todo.

Um bom exemplo é o setor automobilístico. Nele, certamente, a soma das peças de um carro tem valor inferior ao valor vendido pelas montadoras, que além do seu lucro também agregam os próprios serviços/custos de montagem.

Só entram no cálculo do Produto os bens finais, isto é, os bens que não serão mais transformados em outros bens. Isso para evitar o problema da dupla contagem.

Vamos explicar!

No cálculo do Produto levamos em consideração todas as vendas de bens e serviços realizadas pelas empresas durante certo período de tempo.

No entanto, muitas dessas vendas acontecem entre as próprias empresas, pois alguns bens e serviços se constituem em insumos para outros bens e serviços.

Tais insumos são chamados bens intermediários e não podem ser computados no cálculo do Produto, pois senão causarão o problema da dupla (ou tripla, ou tetra, etc.) contagem.

Assim, no cálculo do Produto, vamos considerar, por exemplo, o valor da produção de iogurte de morango, mas não podemos somar novamente o valor da produção do leite, do açúcar, do morango, da embalagem, etc., senão estaríamos somando várias vezes os mesmos valores. O valor da produção de iogurte de morango (bem final) já contém embutido o valor dos insumos intermediários e matérias-primas utilizadas em fases anteriores do processo produtivo.

07) (CESPE/TC-DF/ACE/2012) A respeito de macroeconomia, julgue:

O produto interno bruto de um país hipotético que produza somente veículos automotores será a soma do valor da produção dos veículos, dos pneus, dos motores automotivos e de todos os demais componentes desses veículos.

Comentários:

Gabarito E

Mesmo sem saber ainda o conceito de PIB – Produto Interno Bruto, já dá para acertar a questão.

A afirmativa está errada, pois não leva em consideração que os valores da produção dos bens intermediários não devem ser somados ao valor final dos bens finais para evitar a dupla contagem.

Assim, se somarmos ao valor da produção dos veículos os valores das suas peças, incorreríamos em dupla contagem, pois no valor final do veículo já foram computados os valores dos pneus, dos motores e de todos os seus componentes.

Guarde, portanto, que no cálculo do PIB são somados apenas os valores dos produtos finais. Os chamados bens intermediários, assim como as matérias-primas e insumos, só devem ser computados uma vez, quando integrantes de um produto final.

Voltando à nossa teoria, lembra que para gerar o Produto durante certo ano, as firmas necessitam adquirir fatores de produção?

E que para usar esses fatores, as empresas necessitam remunerar os proprietários dos mesmos, que são os indivíduos?

Pois é, chegamos ao nosso **segundo Agregado Macroeconômico: A RENDA!**

O total de pagamentos que as firmas fazem aos indivíduos, pelo uso dos fatores de produção, é o que chamamos de **Renda**:

$$\mathbf{Renda = w + j + a + l}$$

Onde:

- w = Salários (remuneração do fator de produção "Trabalho");
- j = juros (remuneração do fator de produção "Capital" na forma monetária);
- a = aluguéis (remuneração do fator de produção "Terra");
- l = lucros (remuneração do fator de produção "Capital", este na forma de máquinas e equipamentos utilizados no processo produtivo).

Observe que neste modelo os lucros representam uma espécie de "custo" para as empresas, na medida em que correspondem a valores que as mesmas devem pagar aos acionistas (indivíduos ou famílias).

Se as empresas de nosso país hipotético, "simplificadópolis", durante o ano de 2015, por exemplo, produziram bens e serviços num total de \$ 100 milhões (100 milhões de unidades monetárias), isto significa que tais firmas precisaram, durante todo o ano, utilizar fatores de produção e (como sabemos) para isso tiveram que remunerar os proprietários de tais fatores, de forma que a soma de todos os salários, aluguéis, lucros e juros também totalizaram \$ 100 milhões.

Temos então uma **identidade macroeconômica** como abaixo:

Produto = Renda

Conclui-se que o valor do Produto (total de bens e serviços finais produzidos durante certo período de tempo) é igual ao valor da Renda (total de pagamentos feitos pelas firmas aos proprietários dos fatores de produção).

E você, se lembra como os indivíduos, por sua vez, utilizam suas rendas?

Aí você me responde: “professor, gastando na compra de bens e serviços para satisfazer suas necessidades”.

Isso mesmo!

Os indivíduos realizam o Consumo, que nesse modelo representa a **DESPESA (ou Dispêndio), NOSSO TERCEIRO AGREGADO MACROECONÔMICO.**

A Despesa corresponde ao total dos gastos realizados pelos indivíduos nas compras de bens e serviços.

Assim, temos outra identidade para o nosso modelo simplificado:

Despesa = Consumo (C)

E mais, temos agora a **identidade macroeconômica fundamental:**

Produto = Renda = Despesa

Portanto, se quisermos medir o desempenho de uma economia durante certo período de tempo, temos três óticas diferentes, gerando o mesmo resultado:

Sob a ótica da Produção, usando o total de bens e serviços finais produzidos/vendido/gerados durante o período;

Sob a ótica da Renda, usando o total de recebimentos dos indivíduos, por terem vendido/cedido os fatores de produção (Terra, Trabalho e Capital) às empresas e;

Sob a ótica da Despesa, usando o total de pagamentos que os indivíduos fizeram durante o ano na aquisição/consumo de bens e serviços diversos.

Agora vamos ter que complicar um pouco.

Mas não se assuste!

Você vai continuar entendendo tudo!

Esse é o meu objetivo agora.

Avançar um pouco mais na matéria, mas fazer com que você termine a aula com zero de dúvida!

Lembra que o nosso modelo simplificado é de uma economia estagnada (estacionária), ou seja, o nível anual de produção não cresce: todo ano é gerado um Produto no mesmo valor?

É, só que agora a economia vai crescer ou decrescer!

Agora nós temos que mudar essa premissa para poder avançar mais na matéria, de modo a avançar nos assuntos do edital.

Uma verdade é que para haver crescimento econômico (crescimento do Produto de um ano em relação ao ano anterior) é necessário ampliar a capacidade produtiva da economia, através do **Investimento**.

A **capacidade produtiva** refere-se ao quantitativo de produção potencial, ou seja, quanto as empresas podem produzir, considerado o total das suas instalações. **Em macroeconomia é o conjunto das empresas da nossa economia operando em capacidade máxima.**

O investimento, que é a ampliação dessa capacidade produtiva, está muito relacionado às expectativas das empresas em relação ao futuro.

Assim, se os empresários estão **otimistas** quanto ao ritmo dos negócios no futuro, eles tendem a realizar gastos com a aquisição de novas máquinas, equipamentos e instalações, para ampliar seu parque industrial e dessa forma aumentar a produção de bens e serviços. Por isso, algumas empresas se dedicarão a produzir tais bens: máquinas, equipamentos, ferramentas, instrumentos, etc.

Já vou lhes adiantando que **esses bens são chamados de bens de capital ou bens de investimento.**

Meu amigo ou minha amiga, não fique desatento agora!

Aí vem uma novidade!

Agora passamos a considerar que a Produção (o Produto Agregado) é composta de dois tipos de bens:

Bens de Consumo, destinados a satisfazer as necessidades dos indivíduos, como alimentação, transporte, vestuário, etc.

Bens de Investimento (ou Bens de Capital), destinados a aumentar a capacidade de produção das unidades produtivas: máquinas, equipamentos, instalações, etc.

Os Bens de Investimento são utilizados pelas empresas no seu processo produtivo **ao longo de muito tempo**, portanto a cada ano o estoque acumulado desses bens na economia vai aumentando. Assim, um aumento nesse estoque de capital leva a um aumento da capacidade produtiva total da economia.

ATENÇÃO

Observe que é possível definir “Investimento” de duas maneiras:

Investimento como gasto (despesa) com bens para aumentar a capacidade produtiva da economia (os chamados bens de capital ou bens de investimento que acabamos de estudar);

Investimento como gasto (despesa) com bens que foram produzidos, mas que não foram consumidos no período (serão usados em consumo futuro), ou seja: $I = Produto - C$

“Espera aí professor”!

Você deve estar pensando ...

“Você falou que toda a renda das famílias era destinada ao consumo e que o consumo, ou melhor, as quantidades consumidas, era igual a produção, era igual ao produto! Eu até tinha compreendido aquela identidade fundamental **Produto = Renda = Despesa**”.

Eu lhes digo, você estaria certo se ainda estivéssemos no modelo passado, em que não existia a formação de capital.

Mas agora estamos numa economia **COM FORMAÇÃO DE CAPITAL?**

Pois é, **essa é uma novidade: alguns bens que foram produzidos, mas não foram consumidos no presente, ficaram estocados.** Foram produzidos pelas empresas, mas as famílias não compraram, **geraram uma variação positiva nos estoques das empresas.**

Assim, os 2 tipos de bens têm impacto no investimento, quais sejam:

1) Os bens de investimento ou bens de capital: Máquinas, equipamentos, instalações, infraestrutura, imóveis, etc. – Correspondem à **Formação Bruta de Capital Fixo (FBk), também conhecido como “investimento planejado”;** e

2) Variação de Estoques (ΔE), que representa um **“investimento não-planejado”** pelas empresas. São quantidades que foram produzidas, mas não foram vendidas.

Mas agora sei que você deve estar se perguntando:

“Professor, o que é isso? Por que a variação de Estoques é considerada também como investimento”?

Caro (a) aluno (a), imagine a seguinte situação hipotética: o setor produtivo da economia (as empresas) gerou uma produção total igual a \$100.

Como já sabemos, pelo que já estudamos antes, isso significa que foi gerada também uma renda para os indivíduos no total de \$100, correspondente ao total de salários, aluguéis, lucros e juros.

Aqui entra a novidade!

Suponha que os indivíduos resolveram comprar mercadorias somente num total de \$80.

Isto significa que \$20 correspondem a mercadorias que foram produzidas, mas não foram consumidas.

Do ponto de vista das empresas, esse aumento nos seus estoques é uma espécie de investimento, pois será possível vender mais num período futuro.

Afinal de contas, as empresas tiveram que adquirir os fatores de produção correspondentes, junto aos indivíduos, portanto as empresas realizaram a despesa para produzir e vender os \$100.

Mas, se só venderam, e conseqüentemente, só receberam \$80 como as empresas puderam financiar estes estoques parados de \$20?

E aí amigo (a), tem alguma ideia?

De onde vieram os \$20 restantes?

Estes recursos vêm da Poupança gerada pelos mesmos indivíduos, no valor de \$20, equivalente à renda obtida pelos mesmos \$100, menos o valor gasto em consumo de \$80. Se as famílias (da economia como um todo) tiveram renda de \$100, mas só consumiram \$80, conclui-se que pouparam \$20.

Tranquilo?

Espero que sim!

Então vamos continuar!

Aqui os indivíduos pouparam (ou seja, não gastaram parte de sua renda) num valor de \$20, e deixaram estes recursos aplicados no mercado financeiro. Tais recursos foram disponibilizados pelos bancos, na forma de empréstimos, às empresas (da economia como um todo). É o que ocorre na prática.

Chegamos agora a uma importante relação entre os conceitos de Investimento e Poupança.

ATENÇÃO

Essas duas variáveis econômicas estão inter-relacionadas e correspondem aos dois “lados” do processo de acumulação de capital: o Investimento representa as aplicações de recursos, por parte das empresas, e a Poupança representa as origens desses mesmos recursos, que foram gerados pelas famílias. Voltaremos a examinar tal relação depois.

Chegamos a seguinte relação para identificar o valor do investimento:

$$\mathbf{I = Fbk + \Delta E}$$

Algumas observações importantes para entender bem os conceitos:

1. **A variação de estoques (ΔE)** representa a diferença entre o Estoque no fim do período (normalmente ano) atual e o Estoque no fim do período (normalmente ano) passado;
2. **Investimento no sentido econômico** representa gasto, despesa, com a compra de bens de capital.

08) (CESPE/PF/Agente/2000) A mensuração da produção agregada, o desenho de políticas macroeconômicas, a análise dos desequilíbrios externos e o processo de desenvolvimento econômico podem ser mais bem compreendidos com a ajuda da moderna teoria econômica. Utilizando os conceitos essenciais dessa teoria, julgue o item abaixo.

Quando um investidor brasileiro compra um lote de ações de empresa estrangeira no mercado acionário norte-americano, em termos das contas nacionais, isso representa um aumento do investimento nacional.

Comentários

Gabarito E

Quando estamos trabalhando com a contabilidade nacional, o Investimento é a soma entre formação bruta de capital fixo e a variação positiva dos estoques.

Esse é o AGREGADO MACROECONÔMICO denominado Investimento! Na situação apresentada na assertiva não houve investimento na atividade produtiva, ou seja, não houve formação bruta de capital fixo nem variação positiva dos estoques.

09) (CESPE/MJ/Economista/2013) Em relação ao sistema de contas nacionais e à atual metodologia de balanço de pagamentos, julgue o item a seguir, considerando que PIB, sempre que usado, refere-se a produto interno bruto.

Os estoques acumulados no ano de 2012 devem ser contabilizados como investimento em 2012 e contribuirão para o PIB do ano em que forem comercializados.

Comentários

Gabarito E

O valor do PIB, em uma economia aberta e com governo (a 4 setores) é medido por meio da seguinte identidade macroeconômica:

$Y = C + I + G + (X - M)$, ou seja:

Produto = Consumo + Investimento + G Governo + Import - Export

Sabemos que os Investimentos - I, por sua vez

$I = \text{FBKF} + \text{VARIAÇÃO DOS ESTOQUES}$

Hum .. a variação dos estoques integram o valor dos investimentos!

Sim!

Nessa toada, podemos concluir que os estoques acumulados no ano de 2012 devem ser contabilizados como investimento em 2012 e contribuirão para o PIB do ano de 2012!

No nosso dia a dia e nos noticiários da TV utilizamos a palavra investimento como sinônimo de aplicação financeira, compra de ações, etc., mas, na linguagem da Ciência Econômica, **e para fins de prova de concursos públicos que é o que nos interessa**, no que se refere especificamente à contabilização dos agregados macroeconômicos, **as aplicações financeiras, em ações, títulos, etc., NÃO constituem "investimento", mas sim mera "poupança"**.

Cuidado com isso!

Já foi pegadinha de prova e pode pegar os desatentos novamente!

10) (CESPE/TCU/AUFC) A teoria macroeconômica analisa o desempenho da economia a partir do estudo dos grandes agregados econômicos. À luz dos conceitos básicos dessa teoria, julgue:

Se um agente econômico investir R\$ 10.000,00 em ações da TELEBRÁS, o investimento doméstico privado eleva-se, implicando um aumento equivalente no produto interno bruto (PIB).

Comentários:

Gabarito E

Como dito, a compra de ações de empresas não afeta o Investimento, portanto, a resposta é E de Errado!

Voltando a nossa teoria ...

3. O total do investimento num certo ano corresponde à compra de bens, equipamentos, máquinas, etc., novos, fabricados naquele ano. Isso significa que **a compra de ativos usados, de segunda mão, não representa investimento, pois não está aumentando a capacidade produtiva da economia.**

11) (CESPE/PF/Perito) A macroeconomia analisa o comportamento dos grandes agregados econômicos, tratando, assim, de questões relacionadas à inflação, ao desemprego, aos desequilíbrios externos e ao crescimento econômico. Com base nessa teoria, julgue o item a seguir.

O dinheiro foi depositado por uma família, em uma caderneta de poupança junto a um banco comercial. Quando utilizado para comprar um apartamento usado é computado, simultaneamente, como poupança e como investimento.

Comentários

Gabarito E

Em termos de contabilidade nacional, uma família, basicamente, destina sua renda de duas formas: consome ou poupa.

No caso da assertiva, sendo o dinheiro depositado na caderneta de poupança, ele não foi consumido, logo ele realmente foi destinado à poupança, sendo computado como poupança na contabilidade nacional.

Até aqui, beleza!

O erro da assertiva está na segunda parte.

De novo, quando estamos trabalhando com a contabilidade nacional, o Investimento é a soma entre formação bruta de capital fixo e a variação positiva dos estoques.

Esse é o AGREGADO MACROECONÔMICO denominado Investimento!

Na situação apresentada na assertiva, compra de apartamento usado, não houve investimento na atividade produtiva, ou seja, não houve formação bruta de capital fixo nem variação positiva dos estoques.

Mas você deve me perguntar:

“Professor, onde é contabilizada, na contabilidade nacional, a compra do imóvel usado, já que o dinheiro saiu da caderneta de poupança”?

A compra do imóvel usado será registrada como consumo das famílias na contabilidade nacional.

Tranquilo até aqui?

Percebe que os conceitos aprendidos até aqui já têm bastante utilidade?

Então vamos continuar!

Quem aqui já estudou contabilidade?

Já ouviu falar de depreciação?

Aqui esse conhecimento ajuda também. Mas quem não tem, vamos explicar, não se preocupe.

Entender o conceito de Depreciação é muito importante agora nesse ponto da matéria.

A depreciação corresponde ao desgaste gradativo do capital físico (máquinas, equipamentos, veículos, etc.), em função do uso ou do simples desgaste de um bem. Um trator, que é um exemplo de bem de capital, vai se desgastando seja pelo uso nas lavouras ou pela simples exposição ao tempo. Chegará um dia que ele simplesmente deixará de ser usado, e um novo trator terá que ser adquirido para que essa unidade produtiva não deixe de produzir.

Anualmente, as empresas necessitam fazer uma reposição de parte dos seus bens de capital desgastados. Dessa forma, uma parte do Investimento feito na economia se destina a repor as perdas correspondentes à depreciação, o que nos leva à **diferenciação entre Investimento Bruto e Investimento Líquido:**

$$\mathbf{IL = IB - d}$$

Onde:

- IL = Investimento Líquido (aumento efetivo da capacidade produtiva da economia)
- IB = Investimento Bruto (Formação Bruta de Capital + Variação de Estoques)
- d = Depreciação no período.

Como já sabemos que **IB = Fbk + ΔE** (até então só tínhamos tratado de investimento bruto), temos então a expressão completa para definir o Investimento Líquido na economia é:

$$\mathbf{IL = Fbk + \Delta E - d}$$

ATENÇÃO

A depreciação nos leva também a alterar o conceito de Produto, criando a distinção entre Produto Líquido (PL) e Produto Bruto (PB):

$$\mathbf{PL = PB - d}$$

Vamos agora completar nosso modelo, considerando também o conceito de Poupança: aquela parcela da renda que os indivíduos não consomem.

Assim, o ato de poupar representa abrir mão do consumo atual para desfrutar de um consumo maior no futuro.

Podemos representar essa ideia da seguinte maneira:

$$\mathbf{S = R - C}$$

Em que:

- S = Poupança (do inglês "Saving")
- R = Renda
- C = Consumo

Traduzindo então temos:

$$\mathbf{POUPAN\cA = RENDA - CONSUMO}$$

Nosso modelo agora se apresenta do seguinte modo:

Ótica da Produção: Produto = Somatório $p_i \cdot q_i$ (preço x quantidade)

Ótica da Renda: Renda = C + S

Ótica da Despesa: Despesa = C + I

Como Produto = Renda = Despesa, temos que:

$$\mathbf{C + S = C + I}$$

Logo:

$$\mathbf{S=I}$$

Conclusão:

$$\mathbf{POUPAN\cA = INVESTIMENTO}$$

$$\mathbf{POUPAN\cA BRUTA = INVESTIMENTO BRUTO}$$

$$\mathbf{POUPAN\cA LÍQUIDA = INVESTIMENTO LÍQUIDO}$$

ATENÇÃO

Amigo(a)s, com isso já vimos e compreendemos o significado dos principais agregados macroeconômicos de uma economia simplificada com formação de capital: Produto, Renda, Consumo (Despesa), Poupança e Investimento. **Mas ainda não vimos como o governo e o resto do mundo influenciam essa economia.**

Vamos começar pela influência do GOVERNO!

Nosso sistema econômico, portanto, será de uma economia com formação e de capital e com governo, mas ainda fechada, ou seja, sem transações com o resto do mundo!

O Setor Público corresponde à presença o Governo nas três esferas: a União, os Estados e o Distrito Federal, e os Municípios, bem como os três Poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

O Governo interfere na economia por meio da Tributação (T), onde nós Auditores Fiscais temos atuação determinante, e dos Gastos Públicos (G).

A Tributação (T) compreende:

Impostos Indiretos: aqueles que incidem sobre as transações econômicas com bens e serviços, a exemplo do ICMS (que certamente será o objeto principal do nosso trabalho), do IPI e o ISS;

Impostos Diretos: os quais incidem sobre o patrimônio e a renda das pessoas, físicas e jurídicas, como o Imposto de Renda, o IPTU, o IPVA (aqui também objeto de trabalho do Auditor Fiscal Estadual);

Contribuições à Previdência Social: aqui devem ser computadas tanto a parte do empregador quanto a do empregado.

Outras receitas de governo: aqui entrariam, por exemplo, receitas com taxas e multas diversas.

Por sua vez, **os Gastos Públicos (G)** compreendem:

Despesas Correntes (ou de Custeio): aqui temos os gastos gerais dos ministérios, secretarias e autarquias, referentes a despesas correntes (ou custeio) como: os salários do funcionalismo (somos nós Auditores aqui de novo), compras de materiais como o “famoso cafezinho” do serviço público que sempre é ameaçado em épocas de “vacas magras”;

Despesas de Capital (ou de Investimento): aqui temos, por exemplo, os gastos com a construção de portos, estradas, hospitais, escolas, etc.

Gastos com Transferências e Subsídios: como exemplo de Transferências temos o bolsa família, os próprios benefícios previdenciários e o seguro-desemprego. Já os Subsídios, por exemplo, são para baixar o preço de certos produtos agrícolas.

ATENÇÃO

Os gastos realizados pelas **empresas públicas e sociedades de economia mista** são computados no setor “firmas”, isto é, são considerados gastos do setor privado. Desse modo já estavam presentes no modelo anterior – sem governo. A razão disso é que estas estatais desempenham atividades ligadas ao mercado, produzindo de bens e serviços para as famílias consumirem.

Outro destaque que não posso deixar passar é que **não** estamos considerando aqui gastos com pagamento de juros ou correção monetária. **Aqui somente os gastos “não-financeiros”, ou seja, gastos com a compra de bens e serviços são considerados.**

Fazendo-se um encontro de contas, ou seja, considerando o que o Governo cobra da sociedade por meio da **Tributação (T)** em comparação com o seu retorno por meio dos **Gastos Públicos (G)** podemos verificar que o Governo poderá apresentar, durante um determinado período de tempo, as seguintes situações:

- 1 - Se os Gastos Públicos forem superiores à Tributação (**G > T**) teremos o temido **déficit fiscal**;
- 2 - Por sua vez, se os Gastos Públicos forem no mesmo montante da Tributação (**G = T**) teremos o **equilíbrio** no orçamento público (é o famoso zero a zero);
- 3 - Mas se os Gastos Públicos forem inferiores à Tributação (**G < T**) teremos tão desejado **superávit fiscal**.

12) (CESPE/CÂMARA-DEPUTADOS/CONSULTOR-LEG/2014)

Com referência a aspectos macroeconômicos, julgue o item subsecutivo.

As informações referentes a recursos financeiros, institucionais e legais do governo são irrelevantes e, portanto, dispensáveis em termos de extração de dados agregados para a análise macroeconômica de um país.

Comentários

Gabarito E

Na extração de dados agregados para análise macroeconômica, os dados do governo devem ser considerados, especialmente por ser o setor público responsável por parte relevante da composição do produto e das contas nacionais.

Aqui no Brasil, a carga tributária já é superior a mais de 1/3 do PIB.

Quando introduzimos o Governo no nosso modelo macroeconômico, veremos que o valor do Produto será alterado.

Lembra que sem a presença do Governo, o valor do Produto é igual à Renda:

Produto = Renda

Lembrou dessa identidade fundamental?

Então beleza!

E como é mesmo que encontramos a Renda?

Isso mesmo, a Renda é a soma da remuneração dos fatores de produção!

Renda = w + j + a + l

Tenho certeza que lembram de cada “letrinha” dessa: W (trabalho – work), J (juros), a (aluguel) e l (lucros).

Então podemos afirmar também que:

Produto = w + j + a + l

É o que chamamos em macroeconomia de Produto “a Custo de Fatores”. Podemos entendê-lo como sendo o Produto mensurado “a preços de fábrica”.

Então temos:

Pcf = w + j + a + l

“Epa, Professor, é simples assim ”?

Até o modelo anterior, sem Governo, era!

Mas agora, com o Governo entrando em campo, tenho que destacar que antes de chegar ao consumidor final, os bens e serviços terão seu preço alterado, sendo tributados, por exemplo, pelo ICMS, pelo IPI, pelos dois, pelo ISS, etc.

Como regra geral, os bens vão chegar ao consumidor por um preço mais elevado. Esse é um dos efeitos da Tributação (T): elevar os preços dos bens e serviços que compramos!

Por outro lado, algumas empresas receberão **subsídios** do Governo para venderem seus bens a um preço mais baixo.

Também nesse caso o preço do bem ao consumidor final vai se alterar, ficando menor.

Imagine, por exemplo, que o Governo resolveu subsidiar a gasolina, dando R\$ 2,00 de subsídio à Petrobrás por litro do produto. Já pensou a gasolina custando nas bombas algo em torno de R\$ 2?

Mas “não existe almoço grátis”!

Depois veremos que essa conta um dia chega.

Notou que a Sociedade de Economia Mista Petrobrás aqui teve tratamento de empresa normal?

ATENÇÃO

Com isso chegamos a uma **Conclusão Importante: o Produto “a preços de mercado”, ou o Produto medido através do preço final praticado para o consumidor será diferente daquele que calculamos anteriormente (o Produto “a custo de fatores”),** conforme a seguir:

$P_{pm} = P_{cf} + \text{tributos indiretos} - \text{subsídios}$

13) (CESPE/MJ/Economista/2013) Em relação ao sistema de contas nacionais e à atual metodologia de balanço de pagamentos, julgue o item a seguir, considerando que PIB, sempre que usado, refere-se a produto interno bruto.

O PIB a preço de mercado é equivalente ao PIB a custo de fatores adicionado dos impostos indiretos e deduzido dos subsídios.

Comentários

Gabarito C

Vamos lembrar que para distinguir o Produto a Custo de Fatores de Produção e o Produto a Preços de Mercado, temos que considerar os tributos indiretos (ICMS, ISS, IPI, PIS, COFINS – aqueles que incidem sobre o consumo).

Logo, podemos dizer que entre Custo de Fatores (cf) X Preços de Mercado (pm), o modificador é a diferença entre Tributos Indiretos e Subsídios.

Em termos de equação, temos:

$$\mathbf{PNBpm = PNBcf + Imp Ind - Sub}$$

OU

$$\mathbf{PIBpm = PIBcf + Imp Ind -Sub}$$

Repare que a assertiva descreve corretamente a segunda equação acima.

14) (CESPE/ANTAQ/ERSTA/2009) Em relação aos conceitos básicos de macroeconomia, julgue o item a seguir.

No sistema de contas nacionais para uma economia fechada com governo, a destinação da renda das unidades familiares restringe-se ao consumo e à poupança.

Comentários

Gabarito E

Na verdade, o destino da renda das famílias aparentemente é o consumo ou a poupança/investimento.

Mas isso só vale para uma economia fechada e SEM GOVERNO.

Quando o governo está presente, por meio dos tributos incidentes sobre o consumo, parte da renda das famílias vai para o governo via pagamento de tributos.

Tecnicamente falando, numa economia a 3 setores, temos:

$$Y = C + S + G$$

ATENÇÃO

Aqui vale uma menção aos **tributos diretos**, aqueles que incidem sobre o patrimônio e a renda dos indivíduos e das próprias empresas. Como eles não incidem sobre o valor das transações econômicas, **não** interferem no valor do Produto de um país como um todo. Portanto os tributos diretos nada têm a ver com a diferença entre o custo dos fatores e os preços praticados no mercado.

Cuidado, pode ser uma pegadinha em sua prova!

Se ligue!

Com a entrada em campo do Governo temos também ampliar nosso conhecimento conceitual de economia. Preste atenção nos seguintes conceitos:

Carga Tributária Bruta: Total da arrecadação fiscal do Governo.

Carga Tributária Líquida: Diferença entre a arrecadação fiscal do Governo e as transferências e subsídios ao setor privado.

Observação: como parâmetro de avaliação da carga tributária é utilizado o Produto Interno Bruto - PIB a preços de mercado.

Calma!

Vamos estudar e explicar exatamente o que é PIB ainda hoje. Por enquanto visualize PIB simplesmente como o nosso velho conhecido Produto.

Beleza?

Comparando-se a carga tributária com o PIB podemos ter dois índices:

Índice de Carga Tributária Bruta (ICTB) e Índice de Carga Tributária Líquida (ICTL)!

Você desconfia como calculamos e qual o diferencial entre ambos?

Calculamos da seguinte forma:

ICTB = Tributos Indiretos + Tributos Diretos x 100

PIBpm

ICTL = Trib Ind + Trib Diretos - Transf. - Subsídios x 100

PIBpm

Como pode-se perceber, a diferença está na consideração ou não de 2 tipos de Gastos Públicos: as Transferências e os Subsídios.

Esses 2 tipos de Gastos Públicos devem ser diminuídos do cálculo do índice da Carga Tributária Líquida pois são verdade "tributos negativos".

Em termos de influência do Governo ficamos por aqui. Na verdade, em momento oportuno vamos nos aprofundar um pouco mais nesse tema.

Até agora estamos numa economia fechada, isto é, o nosso sistema econômico não tinha transações com o resto do mundo. Éramos quase uma Coreia do Norte ...

Agora, finalmente, vamos ver como os demais países influenciam em nossa economia! Vamos ver como funciona uma economia aberta!

Agora teremos que considerar as transações feitas com empresas e pessoas não-residentes, ou seja, residentes em outros países.

Aqui o que vale não é nacionalidade da pessoa (física ou jurídica) mas o local definido como de sua residência. Assim, um brasileiro que resida na China e uma multinacional Holandesa serão tratados como não-residentes.

Usualmente se chama o conjunto dos “outros países” como “resto do mundo” ou “setor externo”. As variáveis a serem incorporados agora ao nosso modelo são a seguir conceituadas:

Exportações (X): representam as compras de nossos bens e serviços pelos estrangeiros, ou seja, são gastos do setor externo com as nossas empresas.

Importações (M): representam nossas compras relativas a bens e serviços produzidos por empresas de outros países, ou seja, do setor externo.

ATENÇÃO!

As Exportações e as Importações se referem à compra e venda de bens e “serviços não-fatores”, ou seja, serviços que não representam “remuneração”.

Complicou?

Explico melhor: estamos na verdade falando de fretes, seguros, turismo, etc., que são pagamentos (ou recebimentos) feitos a firmas pela compra (ou venda) de serviços não-fatores.

Outros pagamentos de serviços, tais como assistência técnica, consultorias, honorários, lucros, são feitos das empresas aos indivíduos, a título de remuneração, e nesse caso são chamados de “serviços de fatores”, sendo considerados nas seguintes variáveis:

Renda Enviada ao Exterior (REE): representa uma parcela da renda gerada internamente, nos limites territoriais do nosso país, mas que não pertence aos nacionais. Como exemplo, temos a remessa de lucros de uma empresa estrangeira para sua matriz no exterior, o pagamento de uma consultoria internacional, o pagamento de assistência técnica, etc.

Renda Recebida do Exterior (RRE): representa exatamente o fluxo contrário, ou seja, trata-se de uma parcela da renda gerada em outro país, que se agrega à renda nas mãos dos nacionais. Por exemplo, recebimento de lucros obtidos por filiais de uma empresa nacional situada em outro país.

Renda Líquida de Fatores Externos (RLFE): constitui-se na diferença entre a Renda Recebida do Exterior e a Renda Enviada ao Exterior:

$$\mathbf{RLFE = RRE - REE}$$

Quando um país recebe mais renda do exterior do que envia, a Renda Líquida de Fatores Externos é positiva.

Em situação inversa, ou seja, se um país recebe menos renda do exterior do que envia, a Renda Líquida de Fatores Externos é negativa.

Na situação de Renda Líquida de Fatores Externos negativa, é muito comum se usar a expressão “Renda Líquida Enviada ao Exterior”:

$$\mathbf{RLEE = REE - RRE}$$

Fique ligado que se a Renda Líquida Enviada ao Exterior é positiva, isso significa que $REE > RRE$, quer dizer, o país envia mais renda para o exterior do que recebe.

Por outro lado, quando a RLEE é negativa, acontece exatamente o oposto, ou seja, o país na verdade recebeu de fora mais “unidades monetárias” do que mandou.

Essas remessas e recebimentos de renda vão provocar um ajuste no conceito de Produto.

Lembra que eu anteriormente falei que íamos explicar o significado de PIB?

É chegada a hora!

ATENÇÃO

Começaremos pela **diferenciação do Produto Nacional do Produto Interno**. Vamos aos conceitos:

Produto Interno: corresponde de fato ao total de bens e serviços finais produzidos por um determinado país, num certo período de tempo, dentro de suas fronteiras territoriais.

Um dos conceitos mais utilizados na Macroeconomia é exatamente o do PIB - ou Produto Interno Bruto, que corresponde à Renda Interna Bruta, originada na produção de bens e serviços que se deu dentro dos limites territoriais de um país.

Porém, parte desse PIB (dessa Renda Interna Bruta) vai remunerar indivíduos que estão fora do país: remessa de lucros, pagamentos de assistência técnica, royalties, etc. Isto significa que nem toda a renda gerada internamente vai de fato pertencer aos residentes no país.

E aí, galera?

“Agora temos que abater do PIB a Renda Enviada ao Exterior”!

Beleza, mas lembre-se também que os residentes no país recebem remuneração por serviços prestados em outros países. Assim, devemos somar ao PIB a Renda Recebida do Exterior.

Portanto, teremos a seguinte situação:

$$\mathbf{PIB - REE + RRE = PNB}$$

“O que é esse tal de PNB, professor?”

Calma que vou explicar.

Vamos então a mais um conceito?

Produto Nacional Bruto – PNB: corresponde à renda que pertence efetivamente aos nacionais, incluindo a renda recebida por nossas empresas no exterior e excluindo a renda enviada por nossas empresas para o exterior.

15) (CESPE/MTE/ECONOMISTA/2008) A teoria macroeconômica analisa o comportamento dos grandes agregados econômicos. Utilizando os conceitos básicos dessa teoria, julgue item que se segue.

A renda auferida pelos brasileiros que trabalham no Japão é contabilizada no PIB e na renda nacional bruta.

Comentários

Gabarito E

Lembre-se que, enquanto o PIB registra tudo que produzido dentro do país, o PNB registra tudo que é produzido por brasileiros.

Bem, seguindo essa linha de raciocínio, podemos concluir que a renda auferida pelos brasileiros que trabalham no Japão é contabilizada apenas no PNB, ou seja, na renda nacional bruta.

Como é gerada e auferida fora do país não integra o PIB.

Vamos então ver uma forma diferente de visualizar a relação entre PNB e PIB:

$$\mathbf{PIB - (REE - RRE) = PNB}$$

$$\mathbf{PIB - RLEE = PNB}$$

Agora já temos o nosso modelo completo!

Vamos ver como fica uma das principais equações vistas anteriormente: a da Despesa Interna Bruta – DIB:

$$\mathbf{DIB = C + I + G + X - M = PIB}$$

Onde:

C = Despesas de Consumo dos indivíduos, ao comprar os bens e serviços finais;

I = Despesas de Investimento das empresas, ao comprar máquinas/equipamentos, etc.

G = Despesas do Governo, ao gastar com a aquisição de bens de consumo ou bens de investimento;

X = Despesas do setor externo com os nossos produtos, mandados ao exterior através das exportações;

M = as importações entram com o sinal negativo porque representam deduções da despesa nacional. Isto ocorre pelo fato de que quando realizamos importações estamos gastando menos com nossos próprios produtos (menos despesa nacional) e gastando mais com o produto gerado no exterior (contribuindo, desse modo, com a despesa nacional do outro país).

16) (CESPE/PF/Agente/2000) A mensuração da produção agregada, o desenho de políticas macroeconômicas, a análise dos desequilíbrios externos e o processo de desenvolvimento econômico podem ser mais bem compreendidos com a ajuda da moderna teoria econômica. Utilizando os conceitos essenciais dessa teoria, julgue o item abaixo.

Ao se mensurar o produto interno bruto (PIB) a partir da óptica da despesa, devem-se excluir as exportações porque elas não representam gastos dos agentes econômicos domésticos.

Comentários

Gabarito E

Importante ter em mente que quando falamos em despesa agregada, estamos na verdade falando do destino dado ao produto de uma economia, ou seja, onde é gasto o dinheiro gerado pela produção.

Estamos falando da Despesa Interna Bruta – DIB:

$DIB = C + I + G + X - M = PIB$, onde:

C = Despesas de Consumo dos indivíduos, ao comprar os bens e serviços finais;

I = Despesas de Investimento das empresas, ao comprar máquinas/equipamentos, etc.

G = Despesas do Governo, ao gastar com a aquisição de bens de consumo ou bens de investimento;

X = Despesas do setor externo com os nossos produtos, mandados ao exterior através das exportações;

M = as importações entram com o sinal negativo porque representam deduções da despesa nacional. Isto ocorre pelo fato de que quando realizamos importações estamos gastando menos com nossos próprios produtos (menos despesa nacional) e gastando mais com o produto gerado no exterior (contribuindo, desse modo, com a despesa nacional do outro país).

Como demonstrado acima, as exportações não devem ser excluídas, integrando o cálculo do PIB pela ótica da despesa.

O quadro a seguir resume as diferenças entre os vários conceitos de Produto:

Critério de Diferenciação e variáveis:

Bruto (B) X Líquido (L): o diferenciador é a depreciação (d), veja:

$$\text{PNL} = \text{PNB} - d$$

$$\text{IL} = \text{IB} - d$$

Custo de Fatores (cf) X Preços de Mercado (pm) : o modificador é a diferença entre Tributos Indiretos e Subsídios

$$\text{PNBpm} = \text{PNBcf} + \text{Imp Ind} - \text{Sub}$$

$$\text{PIBpm} = \text{PIBcf} + \text{Imp Ind} - \text{Sub}$$

Interno (I) X Nacional (N): o diferencial é a Renda Líquida Enviada ao Exterior (REE – RRE)

$$\text{PIB} - \text{RLEE} = \text{PNB}$$

$$\text{PIL} - \text{RLEE} = \text{PNL}$$

17) (CESPE/MRE/DIPLOMATA/2009) Considerando a contabilidade do balanço de pagamentos do Brasil e das contas nacionais, julgue (C ou E) o item seguinte.

A diferença entre a renda nacional bruta e a renda interna bruta é obtida por meio do somatório dos saldos da conta de renda e da conta de transferências unilaterais.

Comentários

Gabarito E

Temos uma boa questão para revisarmos os conceitos de interno e nacional! Vamos aproveitar então e revisar aquele quadro que resume as diferenças entre os vários conceitos de Produto:

Critério de Diferenciação e variáveis:

Bruto (B) X Líquido (L): o diferenciador é a depreciação (d), veja:

$$\text{PNL} = \text{PNB} - d$$

$$\text{IL} = \text{IB} - d$$

Custo de Fatores (cf) X Preços de Mercado (pm) : o modificador é a diferença entre Tributos Indiretos e Subsídios

$$\text{PNBpm} = \text{PNBcf} + \text{Imp Ind} - \text{Sub}$$

$$\text{PIBpm} = \text{PIBcf} + \text{Imp Ind} - \text{Sub}$$

Interno (I) X Nacional (N): o diferencial é a Renda Líquida Enviada ao Exterior (REE – RRE)

$$\text{PIB} - \text{RLEE} = \text{PNB}$$

$$\text{PIL} - \text{RLEE} = \text{PNL}$$

Sim, o diferencial entre NACIONAL e INTERNO é RENDA LÍQUIDA ENVIADA AO EXTERIOR!

Com as informações que temos até aqui já podemos avançar no estudo da Contabilidade Nacional propriamente dita. Mas preciso lhes dizer que muito do que já vimos já pode ser considerado por muitos também como parte do estudo da Contabilidade Nacional.

O estudo da Macroeconomia, ou seja, o estudo dos agregados macroeconômicos é apoiado em dados estatísticos dos principais fluxos da produção e da renda de um país.

Este registro estatístico dos dados macroeconômicos de uma nação é chamado Contabilidade Nacional.

Os sistemas de Contabilidade Nacional (também chamada de Contabilidade Social ou Pública) têm como objetivo não somente revelar o total dos agregados macroeconômicos, mas também proceder ao registro sistemático das diversas relações entre os setores que compõe a economia de um país.

Essa Contabilidade Nacional segue normas e princípios definidos, cada vez mais uniformizados em escala internacional. A partir do ganho de importância adquirido com o reconhecimento da sua importância pela teoria keynesiana, os países desenvolvidos e, a seguir, todos os países que se empenhavam na busca do desenvolvimento econômico em moldes capitalistas, passaram a sistematizar esses registros de modo cada vez mais uniformizado, com a função principal de permitir a comparação dos dados entre os países.

Na verdade, já conceituamos e já estudamos os principais agregados macroeconômicos que são objeto da contabilidade nacional, suas derivações e as identidades fundamentais, quais sejam: Produto, Renda, Consumo (Despesa), Investimento, Poupança, Gastos do Governo, Tributação, Exportações e Importações.

Por meio do Sistema de Contas Nacionais pode-se ter uma boa noção da realidade econômica de um país em um determinado período de tempo.

É por meio da análise das suas contas, que podemos “visualizar” a forma como um setor institucional, como por exemplo a indústria ou a agropecuária, participa da geração, apropriação, distribuição e uso da renda nacional e da acumulação de ativos não-financeiros.

Outra utilização muito importante do Sistema de Contas Nacionais, é a evidência das relações entre a economia nacional e o resto do mundo.

O famoso Balanço de Pagamentos, entendido como o registro sistemático das transações entre residentes e não residentes de um país durante determinado período de tempo, é um belo exemplo.

Por meio dos Sistemas de Contas Nacionais podemos comparar, por exemplo, o PIB do Brasil com o PIB dos Estados Unidos. Como sabemos, na verdade estamos comparando a produção de bens e serviços que se deu dentro dos limites territoriais de cada um desses países.

Mas esse na verdade é ponto de partida para a análise propriamente dita das contas nacionais de um país. Somente com essas informações iniciais sobre os agregados macroeconômicos e das formas de medição do produto e da renda nacionais é que estamos aptos à analisar efetivamente as contas nacionais, ou melhor, o Sistema de Contas Nacionais de um país.

No Brasil o órgão responsável pelas Contas Nacionais é o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Vamos ver como o próprio IBGE define o funcionamento do nosso Sistema de Contas Nacionais (<http://www.ibge.com.br/home>):

*"O **Sistema de Contas Nacionais** apresenta informações sobre a geração, distribuição e uso da renda no País. Há também dados sobre a acumulação de ativos não financeiros e sobre as relações entre a economia nacional e o resto do mundo.*

O IBGE traz a público o Sistema de Contas Nacionais cujas informações estão apresentadas na Tabela de Recursos e Usos, em Contas Econômicas Integradas e em um conjunto de tabelas sinóticas adicionais.

A Tabela de Recursos e Usos contém os resultados a preços correntes e a preços constantes do ano anterior, e mostra os fluxos de oferta e demanda dos bens e serviços e, também, a geração da renda e do emprego em cada atividade econômica.

As Contas Econômicas Integradas, núcleo central do Sistema, oferecem uma visão do conjunto da economia, descrevendo, para cada setor institucional, seus fenômenos essenciais – produção, consumo e acumulação – e suas inter-relações no período considerado.

As tabelas sinóticas reúnem as principais grandezas calculadas no Sistema de Contas Nacionais permitem identificar, para cada ano, o Produto Interno Bruto - PIB; composição da oferta e da demanda agregada; geração, distribuição e uso da renda nacional; acumulação de capital; capacidade ou necessidade de financiamento; transações correntes com o resto do mundo; renda per capita; e evolução da carga tributária, entre outros agregados da economia brasileira”.

Amigo(a), sugiro que, após o final da aula, ou no dia seguinte, você de uma navegada no site do IBGE <http://www.ibge.com.br/home/>.

Certamente isso vai contribuir para a fixação dos conceitos estudados e para o enriquecimento dos seus conhecimentos.

Mas agora temos que estudar as 4 contas que compõem o Sistema de Contas Nacionais do Brasil:

- 1 – Conta de Produção;
- 2 – Conta de Apropriação;
- 3 – Conta das transações correntes com o resto do mundo;
- 4 – Conta de Acumulação.

Vamos começar pela conta de produção:

1 – Conta de Produção

Essa conta também é chamada de conta Produto Interno Bruto e identifica as transações das atividades produtivas das empresas.

DÉBITO	CRÉDITO
1.1 PIB a custo de fatores	1.4 consumo final das famílias
1.1.1 remuneração empregados	1.5 consumo final das APUs
1.1.2 excedente operacional bruto	1.6 Formação bruta de cap. fixo
1.1.3 rendimento misto	1.7 Variação de estoques
1.2 Impostos Indiretos	1.8 Exportações de b/s não fatores
1.3 Menos Subsídios	1.9 Menos Importação b/s não fatores
PIB a preços de mercado	Despesa interna bruta a preços de mercado

Essa conta apresenta do lado do débito os pagamentos das empresas relativos ao fator de produção trabalho (remuneração empregados) e aos demais fatores de produção (excedente operacional bruto). Também computa no lado do débito os Impostos Indiretos deduzindo aí os valores subsidiados pelo Governo. Seu resultado é o PIB a preços de mercado.

Já do lado do crédito, por exemplo, temos os valores que as empresas receberam pelas vendas de seus bens e serviços às famílias e ao Governo (APUs = Administrações Públicas – Federal, Estaduais e Municipais e do DF também!). O total dos créditos representa a Despesa Interna Bruta, também a preços de mercados e é igual ao o PIB a preços de mercado (a nossa velha conhecida identidade fundamental).

2 – Conta de Apropriação

Essa conta também é chamada de conta Renda Nacional Disponível Bruta e identifica o resultado da apropriação e da utilização da renda pelas famílias e pelo Governo.

DÉBITO	CRÉDITO
2.1 consumo final das famílias	2.4 PIB a custo de fatores
2.2 consumo final das APUs	2.5 Impostos Indiretos
2.3 Saldo: Poupança Bruta	2.6 Menos Subsídios
	Subtotal: PIB a preços de mercado
	2.7 Menos renda enviada ao exterior
	2.8 Renda recebida do exterior
Utilização da renda nacional disponível	Apropriação da renda nacional disponível

Essa conta demonstra, do lado do débito, como foram aplicadas as remunerações recebidas seja em consumo (despesa) ou em poupança. Em suma, podemos ver como foi usada a renda nacional disponível.

Já do lado do crédito, essa conta demonstra a apropriação das remunerações recebidas pelas famílias e pelo Governo (Impostos menos Subsídios) somada às compensações dos movimentos de remessa/recebimento de renda entre o Brasil e o resto do mundo.

3 – Conta das Transações com o resto do mundo

Essa conta revela os valores das transações de um país com os demais países e inclui as transações realizadas entre os residentes e os não residentes de um país.

DÉBITO	CRÉDITO
3.1 Exportação de bens e serviços	3.4 Importação de bens e serviços
3.2 Renda Recebida do Exterior	3.5 Renda Enviada para o Exterior
3.3 Saldo: Poupança Externa	3.6 Saldo das transações correntes com o resto do mundo
Total de recebimentos	Utilização dos recebimentos

Essa conta demonstra, do lado do débito, os gastos dos não residentes com a compra de bens, serviços e ativos nacionais (exportações do Brasil), bem como os valores recebidos do setor externo.

Já do lado do crédito, essa conta demonstra as compras feitas pelos residentes na forma de importações de bens e serviços e os valores enviados para o exterior pelos agentes domésticos. Aqui também é lançado o saldo do balanço de pagamentos em conta corrente.

4 – Conta de Acumulação

Essa conta também é chamada de **conta consolidada de capital** e identifica o resultado da formação da poupança bruta interna e de como essa formação da poupança bruta interna foi financiada.

DÉBITO	CRÉDITO
4.1 Formação Bruta de Capital Fixo	4.3 Poupança Interna
4.2 Variação dos estoques	4.4 Poupança Externa
Acumulação Bruta Interna	Financiamento Acumulação Bruta Interna

Essa conta demonstra, do lado do débito, as aplicações (usos) de recursos na formação bruta de capital fixo (investimento bruto) e nas variações de estoques.

Já do lado do crédito, essa conta demonstra as fontes de financiamento das mencionadas aplicações de recursos, sendo segregada a poupança interna da poupança externa.

Vale destacar que a **poupança interna** é a soma da poupança bruta do setor privado com a poupança do governo em conta corrente. Já a **poupança externa** é o valor que o país recebe do exterior para financiar seus gastos a maior.

2.3 – Produto Nominal x Produto Real

Amigo (a), se você tem mais de 35 anos, você deve se lembrar do dragão da inflação que morou aqui no Brasil até o ano de 1994, ano em que além de ganharmos o Tetra, também foi o ano do Plano Real.

O Plano Real conseguiu estabilizar os preços e a inflação foi reduzida ao nível aproximado dos países desenvolvidos.

Se, por sorte, você não vivenciou a época em que os preços de quase todos os produtos eram aumentados diariamente, às vezes até mais de uma vez no mesmo dia, imagine então como era difícil saber o valor das coisas e quão difícil era tirar o efeito da inflação na valorização dos bens e serviços de uma economia.

Mas, o que é mesmo a inflação?

Claro que todos nós sabemos que é o aumento de preços. **Mas, e o que é a inflação para a Teoria Econômica?**

O fenômeno da inflação não é pacífico na teoria econômica no que diz respeito à sua conceituação. Em geral, o mesmo é definido como o **aumento continuado, permanente e generalizado dos níveis de preços em uma economia.**

Observe bem: o aumento de preços, para que possa ser considerado o fenômeno inflação, tem que atender cumulativamente a três requisitos: **Continuado /Permanente**: a elevação dos preços ocorre, seja diária ou semanalmente, e a expectativa é de que vai continuar ocorrendo persistentemente;

Generalizado: a elevação dos preços tem que atingir todos os produtos/serviços de uma economia de forma geral.

Nesse contexto, precisamos conhecer o conceito de **deflacionamento do Produto** está relacionado à existência de inflação, ou melhor, a **desvalorização da moeda pela alta generalizada dos preços.**

Assim, em função da existência da inflação é necessário usarmos a **técnica do "deflacionamento", que nada mais é do que a conversão de valores correntes (valor nominal) em moeda de poder aquisitivo constante (valor real).**

Assim, expurgamos, ou melhor, expulsamos o efeito de inflação, de modo a podermos comparar o agregado macroeconômico Produto de períodos diferentes em termos reais.

O Produto (seja o PIB, PIL, PNB ou PNL) pode ser valorado a preços correntes (nominais) ou a preços constantes (reais). Os valores são ditos a **preços correntes** quando não forem deflacionados e, em contraposição, são ditos a **preços reais ou constantes quando forem deflacionados.**

Um conceito importante é o de o **deflator**. Vamos ver um exemplo, para entender esse conceito.

Imagine que você tenha em mãos os valores do PIB nominal e do PIB real, e deseja calcular o **deflator** desse PIB.

Vejamos um exemplo hipotético com os seguintes dados:

PIB Real = R\$ 100,00

PIB Nominal = R\$ 110,00

Vamos calcular o deflator?

$$\text{Deflator do PIB} = \frac{\text{PIB Nominal}}{\text{PIB Real}} = \frac{110,00}{100,00} = 1,10$$

Daí temos as derivações. Uma questão de prova, por exemplo, pode te dar o PIB Real e o deflator e lhe pedir o PIB Nominal. Basta seguir a mesma “formula”.

Na verdade, não quero que grave essa fórmula, mas que entenda.

Beleza?

Mas o deflacionamento do Produto não consiste apenas em calcular o deflator. Tem mais ... é chegada a hora de estudarmos os famosos **Números Índices**.

Na verdade, **os números índices são “medidas” que vem da estatística, mas que tem grande aplicação na área econômica.**

No nosso caso, vamos estudar a sua aplicação apenas ao PRODUTO.

Como sabemos, o produto é o resultado da soma dos preços multiplicado pelas quantidades produzidas de todos os bens e serviços de uma economia.

Desse modo, **temos três variáveis o: preço, quantidade e valor, sendo este último o resultado do produto do preço pela quantidade.** De início já lhes digo que **a variável quantidade não é afetada pela inflação, mas normalmente oscila de um ano para o outro, sendo, portanto, objeto de índice.**

Vamos então relembrar a “fórmula” do produto”

Produto = $\Sigma(p_i \cdot q_i)$

Produto = Somatório de Preço x Quantidade

Onde “ p_i ” representa o preço do bem ou serviço “ i ” e

“ q_i ” representa as quantidades do bem ou serviço “ i ”.

Isso significa que no cálculo do Produto temos que somar o **valor monetário** da produção dos diversos bens e serviços:

Produto = (preço do Arroz x quantidade do Arroz) + (p açúcar x q açúcar) + (p livro x q livro) + (p computador x q computador + p geladeira. q geladeiras

Agora já podemos começar o estudo dos Números Índices. Vamos iniciar pelo Número Índice mais simples: o **Relativo de Preço.**

2.3.1 Índice Relativo de Preço

Relacionando-se o preço de um produto numa época (chamada época atual) com o de uma época o (chamada básica ou simplesmente base) teremos um relativo de preço. Fazendo-se P_t = preço numa época atual e P_o = preço na época-base, definiremos relativo de preço pela seguinte quantidade:

$$\frac{P_{(o,t)} P_t}{P_o}$$

ATENÇÃO

Se quisermos expressar em termos percentuais o relativo de preço, bastará multiplicarmos o quociente acima por 100.

$$P_{(o,t)} = \frac{P_t}{P_o} \times 100$$

Vamos ver um exemplo!

O preço do quilo da laranja em 2016 foi R\$ 1,20 e em 2017 subiu para R\$ 1,38. Tomando-se por base o ano 2016, como podemos determinar o preço relativo em 2017?

O ano considerado base corresponderá sempre ao índice igual a 100. Os demais apresentarão, portanto, valores que flutuam em torno de 100. Então temos:

$$P_{(16,17)} = \frac{P_{2017}}{P_{2016}} = \frac{1,38}{1,20} = 1,15 \text{ ou } 115\% \text{ ou simplesmente } 115.$$

E o que esse resultado significa? Você deve estar pensando...

Esse resultado indica que em 2017 houve um aumento de 15% no preço da laranja com relação ao preço em 2016.

2.3.2 Índice Relativo de Quantidade

Amigo (a), da mesma forma que podemos comparar os preços de bens, também pode-se fazê-lo em relação às quantidades, quer sejam elas quantidades produzidas, vendidas ou consumidas. Se fizermos q_t = quantidade de um produto na época atual (época t) é q_0 = quantidade desse mesmo produto na época 0 (básica), a quantidade relativa será o seguinte quociente:

$$q_{(o,t)} = \frac{q_t}{q_0}$$

Esse quociente que representa a variação da quantidade na época t com relação a uma época 0 (base).

Vamos ver logo um exemplo:

Uma fazenda produziu 45 toneladas de soja em 2016 e 68 toneladas em 2017. A quantidade relativa será, tomando-se o ano de 2010 como base:

$$q_{(16,17)} = \frac{q_{17}}{q_{16}} = \frac{68}{45} = 1,51 \text{ ou } 151\% \text{ ou } 151$$

Podemos visualizar que essa fazenda no ano 2017 aumentou sua produção de soja em 51% em relação a 2016.

Vamos agora ao nosso terceiro e último índice relativo:

2.3.3 Índice Relativo de valor

Se p for o preço de determinado artigo em certa época e q a quantidade produzida ou consumida desse mesmo artigo na mesma época, então, o produto $p \times q$ será denominado valor total de produção ou de consumo. Sendo p_t e q_t respectivamente, o preço e a quantidade de um artigo na época atual (t) e p_o e q_o , o preço e a quantidade do mesmo artigo na época básica (0), definimos como total o valor relativo ou simplesmente valor relativo o quociente:

$$V_{(o,t)} = \frac{V_t}{V_o} = \frac{p_t \cdot q_t}{p_o \cdot q_o} = p_{o,t} \cdot q_{o,t}$$

Imagine que uma empresa qualquer vendeu, em 2016, 1000 unidades de um artigo ao preço unitário de R\$ 500,00. Em 2017 vendeu 2000 unidades do mesmo artigo ao preço unitário de R\$ 600,00.

O valor relativo da venda em 2017 foi:

$$V_{(16,17)} = \frac{600 \cdot 2000}{500 \cdot 1000} = 2,4 \text{ ou } 240\%.$$

Galera, concluímos, portanto, que em 2017 o valor das vendas foi 140% superior ao de 2016.

ATENÇÃO

Esses índices simples que vimos até aqui apresentam algumas desvantagens, em especial ao de inexistirem pesos diferentes para cada fator que os compõe de acordo com sua importância relativa. **Para solucionar essa fragilidade, a estatística então usa os chamados índices ponderados.**

A ponderação (atribuição de pesos aos fatores) proposta pelos métodos mais usados baseia-se na participação de cada bem no valor transacionado total e é feita, em geral, segundo dois critérios: peso fixo na época básica ou peso variável na época atual.

Vamos começar o estudo dos índices ponderados pelo Índice de Laspeyres , também conhecido como Método da época Básica. Depois, para finalizar esse assunto, vamos conhecer o Índice de Paasche ou Método da época atual.

2.3.4 Índice de Laspeyres ou método da época básica

O índice de Laspeyres constitui uma média ponderada de relativos, sendo os fatores de ponderação determinados a partir de preços e de quantidades da época básica.

Desse modo, no índice de Laspeyres, a base de ponderação é a época básica, sendo esse o motivo da denominação método da época básica.

O Índice Laspeyres de preços é:

$$LP = \frac{\sum(p_2 \cdot q_1)}{\sum(p_1 \cdot q_1)}$$

Para facilitar seu entendimento, raciocine assim: se quero calcular o índice de preço, eu fixo a quantidade e como é Laspeyres fixo a quantidade da época base.

Já o Índice Laspeyres de quantidades é:

$$LP = \frac{\Sigma(p1.q2)}{\Sigma(p1.q1)}$$

De novo, para facilitar seu entendimento, raciocine assim: se quero calcular o índice de quantidade, eu fixo o preço e como é Laspeyres fixo o preço da época base.

2.3.5 Índice de Paasche ou método da época atual

O índice de Paasche constitui uma média ponderada de relativos, sendo os fatores de ponderação determinados a partir de preços e de quantidades da época atual.

Desse modo, no índice de Paasche, a base de ponderação é a época atual, essa é motivação da denominação de método da época atual.

O Índice Paasche de preços é:

$$LP = \frac{\Sigma(p2.q2)}{\Sigma(p1.q2)}$$

Para facilitar seu entendimento, raciocine assim: se quero calcular o índice de preço, eu fixo a quantidade e como é Paasche fixo a quantidade da época atual.

Já o Índice Paasche de quantidades é:

$$LP = \frac{\Sigma(p_2 \cdot q_2)}{\Sigma(p_2 \cdot q_1)}$$

De novo, para facilitar seu entendimento, raciocine assim: se quero calcular o índice de quantidade, eu fixo o preço e como é Paasche fixo o preço da época atual.

18) (CESPE/SENADO/CONSULTOR/2002) A teoria macroeconômica estuda o comportamento dos grandes agregados econômicos. Utilizando os conceitos básicos dessa teoria, julgue o item que se segue.

Considerando que o PIB nominal de 2000 foi superior ao PIB nominal verificado em 1999, é correto concluir que houve aumento da produção nesse período.

Comentários

Gabarito E

Como o PIB é medido a preços correntes, ou seja, é medido em termos nominais a preço de mercado, ele é influenciado pelos efeitos da inflação refletidos nesses preços.

Na prática é isso que ocorre!

Para expurgarmos os efeitos inflacionários no PIB Nominal, e, assim, calcularmos o PIB Real, precisamos usar um deflator, ou seja, o índice de preços do PIB.

Se fizermos a comparação ano a ano do PIB apenas em termos nominais, os dados dos anos mais recentes estarão cada vez mais distantes da realidade dos anos mais remotos, dado o efeito de distorção provocado pela alta nominal dos preços.

Assim, devem ser usados os dados reais de PIB dos anos de 1999 e do ano 2000 para poder afirmar que houve aumento da produção no período em tela.

19) (CESPE/ANTAQ/ERSTA/2009) Com relação aos fundamentos da economia, julgue o seguinte item.

A macroeconomia não se ocupa da formação dos preços de um produto especificamente, mas, sim, do comportamento das unidades econômicas individuais e de mercados específicos.

Comentários

Gabarito E

A **Macroeconomia** estuda o comportamento dos grandes agregados econômicos de forma global, como Produto Interno Bruto (PIB), inflação, desemprego, etc., ou seja, estudar a floresta.

Quem estuda as árvores é a **Microeconomia** que estuda o comportamento das unidades produtivas (empresas ou firmas), dos indivíduos, de determinados mercados, etc.

20) (CESPE/SEFAZ-ES/Consultor/2010) Acerca dos conceitos de macroeconomia, julgue o item que se segue.

A macroeconomia, que estuda o índice geral de preços e a determinação da renda nacional, também se ocupa do estudo de como é gerado e de como é possível um aumento no nível agregado de recursos da economia.

Comentários

Gabarito C

Sem dúvida, os objetos de estudo da macroeconomia são os agregados e as variáveis macroeconômicas, ou seja, o produto, a renda, a inflação, o emprego, juros, dentre outros.

A assertiva fala em índice geral de preços, ou seja, cita um indicador da variação da inflação, e o aumento agregado no nível agregado de recursos da economia, que sem dúvida pertencem ao campo de estudo macroeconômico.

21) (CESPE/CÂMARA-DEPUTADOS/Consultor-Leg/2014) Com referência a aspectos macroeconômicos, julgue o item subsecutivo.

A diferença básica entre o Produto Interno Bruto (PIB) e o Produto Nacional Bruto (PNB) é que o PIB mede o produto gerado dentro das fronteiras do país tanto por cidadãos quanto por estrangeiros, ao passo que o PNB mede o produto gerado pelos cidadãos do país, independentemente de sua localização no mundo.

Comentários

Gabarito C

Vamos relembrar esse trecho de nossa aula?

Começaremos pela diferenciação do Produto Nacional do Produto Interno.

Produto Interno: corresponde de fato ao total de bens e serviços finais produzidos por um determinado país, num certo período de tempo, dentro de suas fronteiras territoriais.

Um dos conceitos mais utilizados na Macroeconomia é exatamente o do PIB - ou Produto Interno Bruto, que corresponde à Renda Interna Bruta, originada na produção de bens e serviços que se deu dentro dos limites territoriais de um país.

Porém, parte desse PIB (dessa Renda Interna Bruta) vai remunerar indivíduos que estão fora do país: remessa de lucros, pagamentos de assistência técnica, royalties, etc. Isto significa que nem toda a renda gerada internamente vai de fato pertencer aos residentes no país.

E aí?

“Agora temos que abater do PIB a Renda Enviada ao Exterior”!

Beleza, mas lembre-se também que os residentes no país recebem remuneração por serviços prestados em outros países. Assim, devemos somar ao PIB a Renda Recebida do Exterior.

Portanto, teremos a seguinte situação:

$$\mathbf{PIB - REE + RRE = PNB}$$

“O que é esse tal de PNB, professor?”

Calma que vou explicar.

Vamos então a mais um conceito?

Produto Nacional Bruto – PNB: corresponde à renda que pertence efetivamente aos nacionais, incluindo a renda recebida por nossas empresas no exterior e excluindo a renda enviada por nossas empresas para o exterior.

Vamos então ver uma forma diferente de visualizar a relação entre PNB e PIB:

$$\mathbf{PIB - (REE - RRE) = PNB}$$

$$\mathbf{PIB - RLEE = PNB}$$

E aí?

Depois dessa revisão podemos afirmar sem pestanejar que a definição dada pela assertiva está correta e foi bem didática!

22) (CESPE/TCU/Auditor/2015) Acerca das relações teóricas estabelecidas pelas contas nacionais e do balanço de pagamentos, julgue o item.

A renda agregada é sempre igual ao produto agregado.

Comentários

Gabarito C

Apesar da palavrinha “sempre” aparecer na assertiva, causando arrepios, e de merecer SEMPRE uma atenção especial do concurseiro, a assertiva está correta.

Em termos de identidades macroeconômicas é isso mesmo!

Renda e produto são sempre iguais!

Um é o avesso do outro, um não vive sem o outro! São 2 lados da mesma moeda!

Não há renda sem despesa correspondente e não há despesa sem renda correspondente, quando falamos em agregados macroeconômicos.

Guarde que a renda agregada (ótica da renda) é sempre igual à despesa agregada (ótica da despesa) e ao produto agregado (ótica do produto)!

23) (CESPE/MJ/Economista/2013) Em relação ao sistema de contas nacionais e à atual metodologia de balanço de pagamentos, julgue o item a seguir, considerando que PIB, sempre que usado, refere-se a produto interno bruto.

O país que, em determinado ano, envie liquidamente rendas ao exterior terá o produto nacional bruto maior que o PIB no período

Comentários

Gabarito E

O diferencial entre Produto NACIONAL e Produto INTERNO é RENDA LÍQUIDA ENVIADA AO EXTERIOR.

O Produto Interno Bruto diminuído da Renda Líquida enviada ao exterior é igual ao Produto Nacional Bruto.

Em termos de equação de identidade macroeconômica temos:

$$\text{PIB} - \text{RLEE} = \text{PNB}$$

Ou

$$\text{PIB} = \text{PNB} + \text{RLE}$$

Assim, caso o país envie Renda Líquida ao exterior (RLEE positiva), teremos o PIB será maior que o PNB.

24) (CESPE/MDIC/ACE/2008) A teoria macroeconômica analisa o comportamento dos grandes agregados econômicos. Com base nessa teoria, julgue o item a seguir.

Os lucros auferidos pelas empresas estrangeiras instaladas no Brasil, assim como a importação de matérias-primas industriais dessas empresas, são computados no PIB brasileiro.

Comentários

Gabarito E

É bom sempre ter em mente que, enquanto o PIB registra tudo que produzido dentro do país, o PNB registra tudo que é produzido por brasileiros.

Partindo desse raciocínio básico, a primeira parte da assertiva está correta, pois os lucros auferidos pelas empresas estrangeiras instaladas no Brasil realmente integram o PIB, embora não integrem o PNB.

Até aqui beleza!

Mas na parte final a assertiva comete um erro!

E qual o erro?

A importação de matérias-primas são insumos de produção, só sendo contabilizada no PIB por meio dos bens e serviços finais gerados com a sua utilização.

25) (CESPE/TCU/Auditor/2007) Considerando-se que o problema da escolha em um ambiente de escassez constitui o cerne da análise econômica, julgue o item subsequente.

A redução do consumo corrente constitui um dos custos de oportunidade associados ao crescimento econômico.

Comentários

Gabarito C

Em outras palavras, a questão perguntou o seguinte: para que uma economia cresça, é necessário fazer uma escolha entre consumir e poupar. Ou melhor, para que o crescimento econômico ocorra, o custo de oportunidade de crescer é diminuir o consumo.

Para que uma economia cresça é preciso haver investimento. Para haver investimento tem que haver poupança. E para haver poupança, parte da renda deve deixar de ser usada para o consumo e ser canalizada para a poupança.

Logo consumir é concorrente de poupar/investir já que a renda é escassa e não dá para ambos, sendo uma situação o custo de oportunidade da outra e vice-versa.

3. RESUMO

A **Economia é uma Ciência Social**, já que se ocupa do comportamento humano e estuda como as pessoas e as organizações na sociedade se empenham na produção, troca e consumo de bens e serviços

O estudo da Ciência Econômica, para fins didáticos, divide seu campo de atuação em 2 áreas específicas principais:

A **Microeconomia** – que estuda o comportamento das unidades produtivas (empresas ou firmas), dos indivíduos, de determinados mercados, etc. Pertence ao campo da Microeconomia, por exemplo, o estudo de um determinado mercado, as causas do desequilíbrio entre oferta e procura (se os preços estão altos ou baixos, por exemplo), os tipos de mercado (por exemplo, se ocorre monopólio ou se existe a concorrência perfeita), etc.;

E a **Macroeconomia** – que estuda o comportamento dos grandes agregados econômicos de forma global: Produto Interno Bruto (PIB), inflação, desemprego, etc.

Um dos princípios fundamentais da Economia, talvez o seu Princípio basilar, é a **chamada lei da escassez** que nos diz que os **recursos são escassos, mas as necessidades são ilimitadas**. Isso nos leva a **uma das ideias-chave na Economia**, que é a ideia da **eficiência: maximizar a produção de bens e serviços, dadas as restrições colocadas pela quantidade limitada de fatores de produção**.

O **“custo de oportunidade”, “custo alternativo” ou “custo implícito”, nada mais é do que se atribuir um custo às várias oportunidades de uso de recursos sempre limitados**.

O Custo de Oportunidade, portanto, é diretamente relacionado com o princípio que considera que os recursos (capital, mão de obra, recursos da natureza e tecnologia) sempre são escassos, pois sempre são insuficientes para satisfazer todas as necessidades da sociedade como um todo; de todas as pessoas.

Em suma, considera-se como Custo de Oportunidade o que se deixa de ganhar por não se ter optado pela melhor alternativa.

Em termos práticos, para a firma esse é um custo derivado de sua escassez de recursos, escassez que a obriga a fazer escolha por esse ou aquele projeto, a optar por uns empreendimentos em detrimento de outros, uma vez que o total dos recursos disponíveis é o limite da possibilidade de investimentos.

A Macroeconomia parte do princípio de que existem dois grandes mercados (economia simplificada a 2 setores):

a) O Mercado de Bens e Serviços, correspondente à compra e venda dos diversos bens produzidos (bebidas, roupas, aparelhos celulares, etc.) e dos diversos serviços (banda larga, planos de saúde, cursos para concursos, transportes, etc.) para satisfazer aquelas necessidades humanas (na verdade não só humanas ... o mercado para "pets" é gigante ...).

b) O Mercado de Fatores de Produção, correspondente à compra e venda daqueles 3 fatores (escassos) de produção: terra e recursos naturais, trabalho e capital.

AGREGADOS MACROECONÔMICOS

PRODUTO = $\Sigma(p_i \cdot q_i)$ = Somatório de Preço x Quantidade

No cálculo do Produto temos que somar o **valor monetário** da produção dos diversos bens e serviços.

RENDA = O total de pagamentos que as firmas fazem aos indivíduos, pelo uso dos fatores de produção, é o que chamamos de Renda:

$$\text{Renda} = w + j + a + l$$

DESPESA: Os indivíduos realizam o Consumo, que nesse modelo representa a DESPESA (ou Dispêndio). A Despesa corresponde ao total dos gastos realizados pelos indivíduos nas compras de bens e serviços. Assim, temos outra identidade para o nosso modelo simplificado:

$$\text{Despesa} = \text{Consumo (C)}$$

Identidade macroeconômica fundamental

$$\text{Produto} = \text{Renda} = \text{Despesa}$$

Se quisermos medir o desempenho de uma economia durante certo período de tempo, temos três óticas diferentes, gerando o mesmo resultado:

Sob a ótica da Produção, usando o total de bens e serviços finais produzidos/vendido/gerados durante o período;

Sob a ótica da Renda, usando o total de recebimentos dos indivíduos, por terem vendido/cedido os fatores de produção (Terra, Trabalho e Capital) às empresas e;

Sob a ótica da Despesa, usando o total de pagamentos que os indivíduos fizeram durante o ano na aquisição/consumo de bens e serviços diversos

POUPANÇA = RENDA - CONSUMO

Nosso modelo agora se apresenta do seguinte modo:

Ótica da Produção: Produto = Somatório $p_i \cdot q_i$ (preço x quantidade)

Ótica da Renda: Renda = C + S = Consumo + Poupança

Ótica da Despesa: Despesa = C + I = Consumo + Investimento

Como Produto = Renda = Despesa, temos que:

$$\mathbf{C + S = C + I}$$

Logo:

$$\mathbf{S=I}$$
 Conclusão: POUPANÇA = INVESTIMENTO

Critério de Diferenciação e variáveis:

Bruto (B) X Líquido (L): o diferenciador é a depreciação (d), veja:

$$\mathbf{PNL = PNB - d}$$

$$\mathbf{IL = IB - d}$$

Custo de Fatores (cf) X Preços de Mercado (pm) : o modificador é a diferença entre Tributos Indiretos e Subsídios

$$\mathbf{PNB_{pm} = PNB_{cf} + Imp\ Ind - Sub}$$

$$\mathbf{PIB_{pm} = PIB_{cf} + Imp\ Ind - Sub}$$

Interno (I) X Nacional (N): o diferencial é a Renda Líquida Enviada ao Exterior (REE – RRE)

$$\mathbf{PIB - RLEE = PNB}$$

$$\mathbf{PIL - RLEE = PNL}$$

Por meio da técnica do "**deflacionamento**", que nada mais é do que a **conversão de valores correntes (valor nominal) em moeda de poder aquisitivo constante (valor real)**, expulsamos o efeito de inflação, de modo a podermos comparar o agregado macroeconômico Produto de períodos diferentes em termos reais.

O Produto (seja o PIB, PIL, PNB ou PNL) pode ser valorado a preços correntes (nominais) ou a preços constantes (reais). Os valores são ditos a **preços correntes** quando não forem deflacionados e, em contraposição, são ditos a **preços reais ou constantes quando forem deflacionados** por meio de um **deflator**.

Espero que você tenha gostado dessa aula inicial.

Sei que foram muitos conceitos novos, muita informação mesmo.

Mas é para todo mundo!

Quem se esforçar, consegue!

Como diria, Thomas Jefferson:

“Eu acredito demais na sorte. E tenho constatado que, quanto mais duro eu trabalho, mais sorte eu tenho”.

Espero você na próxima aula!

4. Questões comentadas durante a aula.

01) (CESPE/SEFAZ-ES/AFTE/2010) Com relação ao crescimento econômico, ao consumo e ao investimento, julgue o próximo item.

A macroeconomia estuda as flutuações econômicas e o produto efetivo em análises de curto prazo. Já em avaliações de longo prazo, ela estuda o crescimento econômico e produto potencial.

02) (CESPE/PF/APF/2004) A questão da escolha em situação de escassez, abordada pela microeconomia, as interações entre governo e mercados privados e os problemas macroeconômicos são temas relevantes para a ciência econômica. A esse respeito, julgue o item a seguir:

O binômio escassez/escolha, que permeia o problema econômico correlato, ocorre somente quando, dentro do processo produtivo, não existe possibilidade de substituição entre insumos.

03) (CESPE/MPU/Perito/2010) Acerca de economia ambiental, julgue o item a seguir.

Para os economistas ambientais, não há problema de escassez absoluta de recursos naturais, e sim de escassez relativa. Portanto, desse ponto de vista, admite-se que determinados tipos de recursos possam se esgotar temporariamente.

04) (CESPE/MJ/ECONOMISTA/2013) O Ministério da Justiça (MJ) tem um montante fixo para gastar na aquisição de dois bens: mesas e computadores. Ainda, o MJ planeja ocupar um prédio de sua propriedade, atualmente alugado para profissionais liberais. Com base nessa situação hipotética, julgue o item seguinte.

O aluguel representa um custo de oportunidade da ocupação do prédio.

05) (CESPE/TCU/AUDITOR/2007) Considerando-se que o problema da escolha em um ambiente de escassez constitui o cerne da análise econômica, julgue os itens subsequentes.

Nas economias de mercado, a especialização, fundamentada na divisão do trabalho, apesar de aumentar o custo de oportunidade dos bens, promove a alocação eficiente dos recursos.

06) (CESPE/ANTAQ/ERSTA/2009) Com relação aos fundamentos da economia, julgue o seguinte item.

Os seguintes mercados compõem a estrutura da análise macroeconômica de uma economia: o mercado de bens e serviços, que reflete o nível de atividades dessa economia, representada pelos agentes macroeconômicos — consumidores, empresas e governo —; mercado fiscal, no qual são relevantes a taxa salarial e a taxa cambial; e o mercado monetário, em que os agentes econômicos empregam recursos para a produção do produto interno bruto.

07) (CESPE/TC-DF/ACE/2012) A respeito de macroeconomia, julgue:

O produto interno bruto de um país hipotético que produza somente veículos automotores será a soma do valor da produção dos veículos, dos pneus, dos motores automotivos e de todos os demais componentes desses veículos.

08) (CESPE/PF/Agente/2000) A mensuração da produção agregada, o desenho de políticas macroeconômicas, a análise dos desequilíbrios externos e o processo de desenvolvimento econômico podem ser mais bem compreendidos com a ajuda da moderna teoria econômica. Utilizando os conceitos essenciais dessa teoria, julgue o item abaixo.

Quando um investidor brasileiro compra um lote de ações de empresa estrangeira no mercado acionário norte-americano, em termos das contas nacionais, isso representa um aumento do investimento nacional.

09) (CESPE/MJ/Economista/2013) Em relação ao sistema de contas nacionais e à atual metodologia de balanço de pagamentos, julgue o item a seguir, considerando que PIB, sempre que usado, refere-se a produto interno bruto.

Os estoques acumulados no ano de 2012 devem ser contabilizados como investimento em 2012 e contribuirão para o PIB do ano em que forem comercializados.

10) (CESPE/TCU/AUFC) A teoria macroeconômica analisa o desempenho da economia a partir do estudo dos grandes agregados econômicos. À luz dos conceitos básicos dessa teoria, julgue:

Se um agente econômico investir R\$ 10.000,00 em ações da TELEBRÁS, o investimento doméstico privado eleva-se, implicando um aumento equivalente no produto interno bruto (PIB).

11) (CESPE/PF/Perito) A macroeconomia analisa o comportamento dos grandes agregados econômicos, tratando, assim, de questões relacionadas à inflação, ao desemprego, aos desequilíbrios externos e ao crescimento econômico. Com base nessa teoria, julgue o item a seguir.

O dinheiro foi depositado por uma família, em uma caderneta de poupança junto a um banco comercial. Quando utilizado para comprar um apartamento usado é computado, simultaneamente, como poupança e como investimento.

12) (CESPE/CÂMARA-DEPUTADOS/CONSULTOR-LEG/2014)

Com referência a aspectos macroeconômicos, julgue o item subsecutivo.

As informações referentes a recursos financeiros, institucionais e legais do governo são irrelevantes e, portanto, dispensáveis em termos de extração de dados agregados para a análise macroeconômica de um país.

13) (CESPE/MJ/Economista/2013) Em relação ao sistema de contas nacionais e à atual metodologia de balanço de pagamentos, julgue o item a seguir, considerando que PIB, sempre que usado, refere-se a produto interno bruto.

O PIB a preço de mercado é equivalente ao PIB a custo de fatores adicionado dos impostos indiretos e deduzido dos subsídios.

14) (CESPE/ANTAQ/ERSTA/2009) Em relação aos conceitos básicos de macroeconomia, julgue o item a seguir.

No sistema de contas nacionais para uma economia fechada com governo, a destinação da renda das unidades familiares restringe-se ao consumo e à poupança.

15) (CESPE/MTE/ECONOMISTA/2008) A teoria macroeconômica analisa o comportamento dos grandes agregados econômicos. Utilizando os conceitos básicos dessa teoria, julgue item que se segue.

A renda auferida pelos brasileiros que trabalham no Japão é contabilizada no PIB e na renda nacional bruta.

16) (CESPE/PF/Agente/2000) A mensuração da produção agregada, o desenho de políticas macroeconômicas, a análise dos desequilíbrios externos e o processo de desenvolvimento econômico podem ser mais bem compreendidos com a ajuda da moderna teoria econômica. Utilizando os conceitos essenciais dessa teoria, julgue o item abaixo.

Ao se mensurar o produto interno bruto (PIB) a partir da óptica da despesa, devem-se excluir as exportações porque elas não representam gastos dos agentes econômicos domésticos.

17) (CESPE/MRE/DIPLOMATA/2009) Considerando a contabilidade do balanço de pagamentos do Brasil e das contas nacionais, julgue (C ou E) o item seguinte.

A diferença entre a renda nacional bruta e a renda interna bruta é obtida por meio do somatório dos saldos da conta de renda e da conta de transferências unilaterais.

18) (CESPE/SENADO/CONSULTOR/2002) A teoria macroeconômica estuda o comportamento dos grandes agregados econômicos. Utilizando os conceitos básicos dessa teoria, julgue o item que se segue.

Considerando que o PIB nominal de 2000 foi superior ao PIB nominal verificado em 1999, é correto concluir que houve aumento da produção nesse período.

19) (CESPE/ANTAQ/ERSTA/2009) Com relação aos fundamentos da economia, julgue o seguinte item.

A macroeconomia não se ocupa da formação dos preços de um produto especificamente, mas, sim, do comportamento das unidades econômicas individuais e de mercados específicos.

20) (CESPE/SEFAZ-ES/Consultor/2010) Acerca dos conceitos de macroeconomia, julgue o item que se segue.

A macroeconomia, que estuda o índice geral de preços e a determinação da renda nacional, também se ocupa do estudo de como é gerado e de como é possível um aumento no nível agregado de recursos da economia.

21) (CESPE/CÂMARA-DEPUTADOS/Consultor-Leg/2014) Com referência a aspectos macroeconômicos, julgue o item subsequente.

A diferença básica entre o Produto Interno Bruto (PIB) e o Produto Nacional Bruto (PNB) é que o PIB mede o produto gerado dentro das fronteiras do país tanto por cidadãos quanto por estrangeiros, ao passo que o PNB mede o produto gerado pelos cidadãos do país, independentemente de sua localização no mundo.

22) (CESPE/TCU/Auditor/2015) Acerca das relações teóricas estabelecidas pelas contas nacionais e do balanço de pagamentos, julgue o item.

A renda agregada é sempre igual ao produto agregado.

23) (CESPE/MJ/Economista/2013) Em relação ao sistema de contas nacionais e à atual metodologia de balanço de pagamentos, julgue o item a seguir, considerando que PIB, sempre que usado, refere-se a produto interno bruto.

O país que, em determinado ano, envie liquidamente rendas ao exterior terá o produto nacional bruto maior que o PIB no período

24) (CESPE/MDIC/ACE/2008) A teoria macroeconômica analisa o comportamento dos grandes agregados econômicos. Com base nessa teoria, julgue o item a seguir.

Os lucros auferidos pelas empresas estrangeiras instaladas no Brasil, assim como a importação de matérias-primas industriais dessas empresas, são computados no PIB brasileiro.

25) (CESPE/TCU/Auditor/2007) Considerando-se que o problema da escolha em um ambiente de escassez constitui o cerne da análise econômica, julgue o item subsequente.

A redução do consumo corrente constitui um dos custos de oportunidade associados ao crescimento econômico.

5 - GABARITO

1 - C
2 - E
3 - C
4 - C
5 - E
6 - E
7 - E
8 - E
9 - E
10 - E
11 - E
12 - E
13 - C
14 - E
15 - E
16 - E
17 - E
18 - E
19 - E
20 - C
21 - C
22 - C
23 - E
24 - E
25 - C

Caro aluno,

Com isso chegamos ao final da nossa aula demonstrativa.

Além de apresentar os conceitos iniciais da matéria, esta aula serve, também, para dar uma ideia de como será o nosso curso.

Até a próxima aula.

Para mim será um prazer acompanhá-lo ao longo do curso.

Um grande abraço e bons estudos!